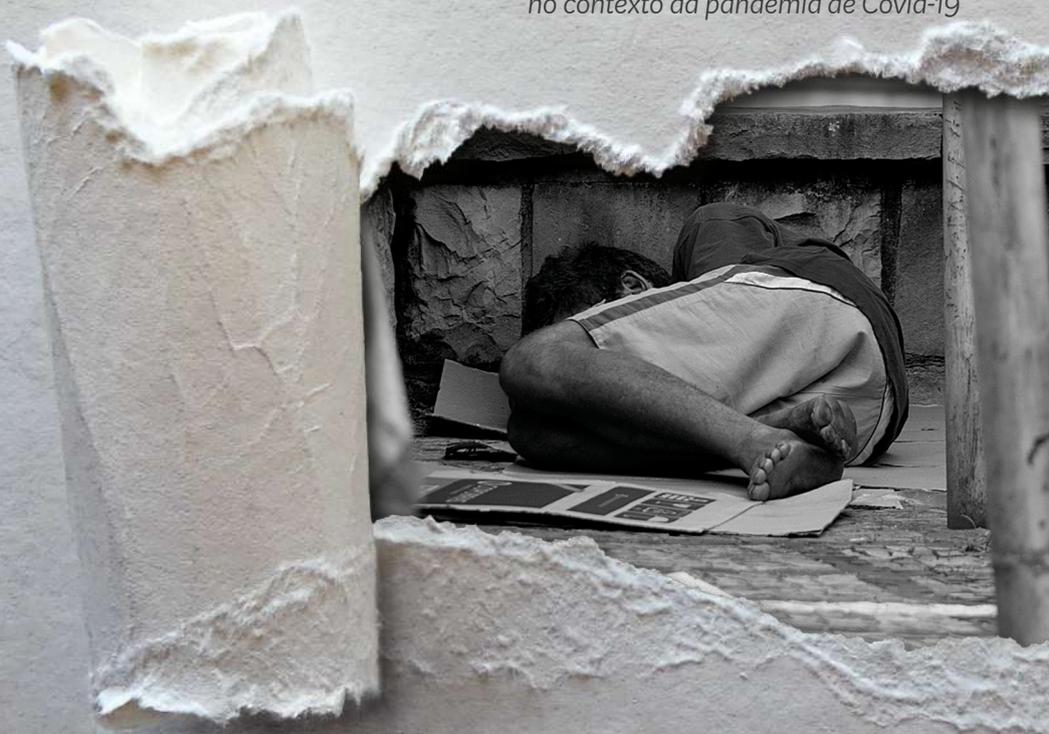


NÃO SOMOS todos(as) iguais

Pessoas em situação de rua no contexto da pandemia de Covid-19



Manueli Tomasi

Marília Veríssimo Veronese



NÃO somos
todos(as)
iguais

Fundação Universidade de Caxias do Sul

Presidente:

Dom José Gislon

Universidade de Caxias do Sul

Reitor:

Gelson Leonardo Rech

Vice-Reitor:

Asdrubal Falavigna

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Everaldo Cescon

Pró-Reitora de Graduação:

Terciane Ângela Luchese

Pró-Reitora de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico:

Neide Pessin

Chefe de Gabinete:

Givanildo Garlet

Coordenadora da EDUCS:

Simone Côte Real Barbieri

Conselho Editorial da EDUCS

André Felipe Streck

Alexandre Cortez Fernandes

Cleide Calgaro – Presidente do Conselho

Everaldo Cescon

Flávia Brocchetto Ramos

Francisco Catelli

Guilherme Brambatti Guzzo

Karen Mello de Mattos Margutti

Márcio Miranda Alves

Matheus de Mesquita Silveira

Simone Côte Real Barbieri – Secretária

Suzana Maria de Conto

Terciane Ângela Luchese

Comitê Editorial

Alberto Barausse

Università degli Studi del Molise/Itália

Alejandro González-Varas Ibáñez

Universidad de Zaragoza/Espanha

Alexandra Aragão

Universidade de Coimbra/Portugal

Joaquim Pintasilgo

Universidade de Lisboa/Portugal

Jorge Isaac Torres Manrique

Escuela Interdisciplinar de Derechos Fundamentales Praeeminentia Iustitia/Peru

Juan Emmerich

Universidad Nacional de La Plata/Argentina

Ludmilson Abritta Mendes

Universidade Federal de Sergipe/Brasil

Margarita Sgró

Universidad Nacional del Centro/Argentina

Nathália Cristine Vieceli

Chalmers University of Technology/Suécia

Tristan McCowan

University of London/Inglaterra



NÃO somos todos(as) iguais

*Pessoas em situação de rua
no contexto da pandemia de Covid-19*

Manueli Tomasi

Marília Veríssimo Veronese



© das autoras
1ª edição: 2024
Preparação de texto: Laura Deves Alves
Revisão: Luíza Moura Linzmaier
Editoração: Ana Carolina Marques Ramos
Capa: Ana Carolina Marques Ramos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS – BICE – Processamento Técnico

T655n Tomasi, Manueli
Não somos todos(as) iguais [recurso eletrônico] : pessoas em situação de rua no contexto da pandemia de Covid-19 / Manueli Tomasi, Marília Veríssimo Veronese. – Caxias do Sul, RS : Educus, 2024.
Dados eletrônicos (1 arquivo)

Apresenta bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web
DOI 10.18226/9786558073154
ISBN 978-65-5807-315-4

1. Pessoas desabrigadas - Caxias do Sul (RS). 2. Pessoas desabrigadas - Condições sociais. 3. Integração social. 4. Exclusão social. 5. Pandemias - Aspectos sociais. I. Veronese, Marília Veríssimo. II. Título.

CDU 2. ed.: 364-47-058.56(816.5CAXIAS DO SUL)

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|--|----------------------------------|
| 1. Pessoas desabrigadas - Caxias do Sul (RS) | 364-47-058.5(816.5CAXIAS DO SUL) |
| 2. Pessoas desabrigadas - Condições sociais | 364-47-058.5:316 |
| 3. Integração social | 364.4-058 |
| 4. Exclusão social | 316.344.23 |
| 5. Pandemias - Aspectos sociais | 616-036.21:316 |

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460

Direitos reservados a:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560
– Caxias do Sul – RS – Brasil
Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197
Home Page: www.ucs.br – E-mail: educus@ucs.br

Agradecimentos à CAPES

A pesquisa que embasa este livro foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Dedicamos este livro a todas as pessoas que transformam as ruas da cidade em espaços de existência e resistência. Em especial, a todas as pessoas em situação de rua que encontramos neste percurso, e que proporcionaram bons encontros e reverberaram afetos potentes de resistência. Igualmente, aos profissionais participantes, que foram exemplos de uma prática baseada na empatia e na escuta das singularidades.

Lista de siglas

CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CREAS	Centro Referência Especializado em Assistência Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
POP RUA	População em Situação de Rua
SUS	Sistema Único de Saúde

Sumário

1. Introdução / 9
 - 1.2 *Caxias do Sul: contextualizando o campo de estudo / 13*
 2. O que já sabemos sobre a população de rua? / 17
 - 2.1 *A diversidade da população em situação de rua / 17*
 - 2.2 *Caracterização da População em Situação de Rua: as (in)visibilidades nas redes de apoio / 21*
 - 2.3 *Nossos afetos são políticos! A afetividade como categoria de análise para compreender a exclusão/inclusão social / 30*
 3. Percursos trilhados: o método de pesquisa / 44
 - 3.1 *Levantamento anterior das informações / 47*
 - 3.2 *Perfil dos participantes / 47*
 4. Análise dos resultados e discussão / 51
 - 4.1 *A diversidade de viver, sentir e re-existir nas ruas de Caxias do Sul/RS / 51*
 - 4.2 *As vivências de sofrimento ético-político por parte das pessoas em situação de rua / 61*
 - 4.3 *Os afetos potentes vivenciados pela população em situação de rua / 74*
- Considerações finais / 93
- Referências / 98

1. Introdução

Este livro, fruto da dissertação de mestrado da primeira autora, orientada e coconstruída pela segunda autora, tem como objetivo compreender o cotidiano de pessoas em situação de rua e seus modos de re-existir, no contexto da cidade de Caxias do Sul/RS. Para tal, nos apoiamos no referencial teórico sobre as afetividades na dialética da exclusão-inclusão de Bader Sawaia (2010), que permitiu conhecer as vivências singulares dos sujeitos acerca da exclusão e das políticas de inclusão, isto é, as emoções e os sentimentos que afetam o corpo e a subjetividade nesse contexto social. O processo de exclusão/inclusão é considerado na sua dimensão subjetivo valorativa, ético-estética, além de econômico-política, por meio do conceito de sofrimento ético-político.

Nossa aproximação com a temática e inspiração para escrever a dissertação, depois o livro, surgiu no contato com a população em situação de rua, nas pequenas interações cotidianas e no trabalho voluntário com mulheres desse segmento populacional, em Caxias do Sul/RS. A diversidade de sujeitos implicou em acolher uma multiplicidade de histórias de ser, de sentimentos e de maneiras de se expressar por meio da arte, da música e das palavras. O percurso e os caminhos tornaram-se apaixonantes e repletos de inquietações e de desafios devido à crise pandêmica que eclodiu durante a realização da pesquisa.

Foram muitos encontros afetivos para a realização do estudo que gera este livro. Escutar as vozes da rua permitiu entrar em um mundo de descobertas e o manto das invisibilidades foi retirado da relação com a pop rua. Sendo afetadas, passamos a reconhecer, nos autoconhecer e ouvir as vozes, dar nome às pessoas, trocar palavras com esses interlocutores. As palavras

trocadas e os discursos escutados permitiram um encontro com esse *outro*, descobrindo sua alteridade e, sobretudo, construindo um outro em cada uma de nós.

Circulam, historicamente, discursos repletos de estigma sobre a pop rua: “Mendigo”, “trecheiro”, “andarilho”, “errante”, “morador de rua”, “sem teto”, são alguns dos nomes popularmente utilizados para se referir à população em situação de rua no Brasil. Vistos de forma criminalizada, são sujeitos “sem história”, repletos de estigmas. Academicamente, são muitas pesquisas que procuram estudar a questão, cada qual enxergando o contexto a partir das especificidades das áreas (Cunda; Silva, 2020; Pimenta, 2019; Oliveira, 2017). Ao revisar os estudos existentes, pretendemos ampliar a compreensão dos aspectos subjetivos de vivenciar a rua, sentir a rua, estar, permanecer e se relacionar na rua.

A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (POP RUA) a compreende como:

grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como o espaço de moradia e sustento (Brasil, 2008, p. 1).

A permanência das pessoas que vivem na rua se dá por diferentes fatores. As principais causas giram em torno de ausência de trabalho e renda dignos, conflitos familiares e abuso de substâncias psicoativas (Costa, 2005). No entanto, muitos aspectos de suas condições de vida devem ainda ser analisados em suas especificidades (Silva; Natalino; Pinheiro, 2020). Na capital do Rio Grande do Sul, cidade de Porto Alegre, um levantamento realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2016 indicou que existem aproximadamente

2.115 pessoas adultas, de ambos os sexos, em situação de rua (Pimenta, 2019).

Em nota técnica publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), verificou-se que em fevereiro de 2020 havia mais de 146 mil pessoas que se declararam em situação de rua no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (Brasil, 2020). Em março de 2020, esse número aumentou para cerca de 222 mil pessoas (Silva; Natalino; Pinheiro, 2020).

Em São Paulo, cidade mais populosa do Brasil, recentemente houve um aumento significativo do número de pessoas na rua. Em 2018, a prefeitura contabilizou 105,3 mil pessoas morando na rua, número que representa um crescente de 66% (Zylberkan, 2019). Os motivos desse aumento são explicados pela crise econômica e política (globais, mas que se expressam de forma singular no Brasil). Os conflitos familiares e o uso de álcool e outras drogas aparecem como um dos principais impulsionadores no contexto da crise, agudizados pelos problemas econômicos. Em 2018, o desemprego se sobressaiu, sendo o principal motivo apontado nos relatos das pessoas abordadas em São Paulo (Zylberkan, 2019).

A intensificação da pandemia do novo Coronavírus no Brasil, iniciada em março de 2020, configurou um contexto importante para compreender os impactos de uma sociedade marcada pela desigualdade. Muitas mobilizações de políticas sociais, econômicas e de organizações da sociedade e do Estado, foram adotando estratégias possíveis para enfrentar a crise, principalmente ações para populações em condições mais vulneráveis. Diante de todos os dramas, a população em situação de rua tornou-se alvo de preocupação (Silva; Natalino; Pinheiro, 2020). Como pensar em isolamento social e higiene para quem não tem moradia? (Ou sequer dispõe de residências provisórias minima-

mente dignas?). Quais foram as vivências das pessoas em situação de rua quando se depararam com espaços públicos e praças bloqueados? (Locais que fazem parte de seus territórios de existência). Como lidar com as limitações repentinas e severas dos já precários meios de sobrevivência?

Diante desse cenário, discorreu-se a partir dos dados levantados que o contexto da pandemia é vivenciado de uma forma muito singular para cada pessoa. Estudar o fenômeno de rualização é atentar para as diferentes formas de resistências e existências, ou re-existências; é nas ruas que ocorrem isolamento e conflitos, mas também é nela que vemos táticas de sobrevivência, que exigem certa organização para cuidar da vida, da saúde, da alimentação, da proteção ao frio, do sono, das garantias de algum trabalho e de alguma renda. Sempre há a presença da resistência dessas pessoas, que conseguem, de algum modo, articular-se para sobreviver em seu cotidiano.

A falta de reconhecimento e compreensão dessa realidade se relaciona à vivência de um sofrimento ético-político (Sawaia, 2014) e da exclusão social (Barros, 2015). Esse segmento populacional fica marcado por um olhar social que os relaciona à “sujeira”, “loucura”, “vagabundagem”, “falta de qualificações morais e profissionais” (Mattos; Ferreira, 2004) ou ainda à “preguiça” (Snow; Anderson; Vasconcelos, 1998).

Falar da realidade social de quem vive a situação de rua é denunciar uma demanda social que necessita de políticas públicas integradas. Pela falta de números e informações confiáveis, sobre quantos são em todo o Brasil e de como vivem, tornam-se frágeis as políticas existentes e também se dificultam a criação de novas estratégias. Principalmente de estratégias voltadas às políticas de geração de renda e trabalho, políticas de valorização da participação democrática e dos direitos

sociais que atendam às necessidades de profissionalização. É importante ressaltar que qualquer elaboração de uma política pública deve partir de dados sólidos, de evidências científicas e de percepção ética da igualdade entre cidadãos (Sasse; Oliveira, 2019).

Com base nessas considerações, perguntamo-nos: quais seriam as vivências dos sujeitos em situação de rua? Quais sentimentos os afetam, em suas trajetórias nas ruas? Como se relacionam com as políticas públicas, com a sociedade civil e com organizações não governamentais? Quais seriam suas táticas para “levar a vida”? Dessas indagações, fomos à pesquisa bibliográfica, à pesquisa de campo e às discussões que geraram as análises realizadas e aqui compartilhadas.

1.2 Caxias do Sul: contextualizando o campo de estudo

Caxias do Sul é um dos principais municípios do estado do Rio Grande do Sul (RS), constituindo a segunda maior cidade do estado ao sul do Brasil. Tem **510.906** habitantes e atrai pessoas de diferentes cidades, pelas diversas áreas de atuação profissional e pela busca de inserção no mercado de trabalho (IBGE, 2019). No entanto, no cenário atual com a crise econômica, o número de pessoas em situação de rua quadruplicou, no ano de 2020, segundo um levantamento da Fundação de Assistência Social (FAS). A presidente da Fundação salienta que o perfil dessas pessoas mudou, e que hoje elas se encontram nas ruas por falta de dinheiro para pagar aluguel e pela falta de emprego (Nazario, 2020).

Nesse âmbito, Caxias do Sul, assim como as demais cidades do Brasil, passa por um aumento alarmante de pessoas em situação de rua nos últimos meses de 2020, e notícias sobre o assunto têm sido divulgadas nos principais meios de comunicação da cidade. A Fundação de Assistência Social (FAS) contabilizou no

mês de fevereiro deste ano (2020) o número de 741 pessoas em situação de rua, informando que a maioria da pop rua é masculina, com idades entre 18 e 39 anos. As causas do crescimento atrelam-se ao aumento do desemprego e à chegada de pessoas de fora na cidade na época da colheita da Uva, que acontece nos meses de janeiro a abril (Prefeitura de Caxias do Sul, 2020).

No município, o total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo em dezembro de 2019, era de 611, sendo 392 beneficiárias do Programa Bolsa Família. Esse relatório reúne as principais informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda (Brasil, 2019).

Reconhecida como o berço da colonização italiana no sul do país, a cidade apresenta-se – e isso é bastante relevante na identidade dos seus habitantes – como um dos lugares de destaque no cenário nacional. Ocupando 18º lugar entre as cidades brasileiras mais desenvolvidas economicamente, tem uma identidade vinculada à imigração e à imagem de “polo industrial”. Algo comum na cidade são os fluxos altos de migrações, que iniciaram a partir das décadas de 1960, com o desenvolvimento industrial (Menin, 2016).

O trabalho e a busca por melhores condições de vida são os principais motivadores das migrações para a cidade. Vale salientar que, durante a história da Colônia Caxias, desde seu início teve forte presença de colonos de diferentes nacionalidades, demonstrando a diversidade de pessoas que chegam na cidade. No entanto, a naturalização da hegemonia italiana deixou algumas crenças e valores que até hoje se perpetuam na região da serra gaúcha (Giménez, 2020).

O catolicismo é representado como aderente a uma ética do sacrifício, da valorização do território, do cultivo das lavouras e esses valores enfatizam um suposto círculo virtuoso entre trabalho e catolicismo.

Dessa forma, o imigrante italiano é lembrado como alguém ordeiro e trabalhador, empreendendo para garantir o sustento da própria família em um país estrangeiro e tal imaginário é vivo na população ainda hoje (Brandalise, 2010; Giménez, 2020).

A herança dessa etnicidade está no cotidiano da cidade e da região. Alguns rituais religiosos acontecem anualmente, como a romaria de Nossa Senhora de Caravaggio que ocorre na cidade próxima, de Farroupilha. A tradicional Festa da Uva, evento bianual que ocorre em Caxias do Sul, nos Pavilhões da Festa da Uva, também conta com um desfile que rememora a imigração italiana. Os eventos cheios de símbolos católicos e italianos incluem santos, capitéis, santuários, sobrenomes de famílias, bebidas e alimentos. Esses aspectos reproduzem um sistema de *ethos* que se chama italianidade, que se caracteriza pela fé católica, a língua italiana, a ética do trabalho, o empreendedor que não pode falir e a vida restrita ao trabalho (Giménez, 2020).

A identidade à qual a população tem um grande apego, da origem europeia e da “raça italiana empreendedora”, é parte constituinte do elemento da xenofobia e do racismo presentes na cidade. Oliveira (2015) questiona: “Caxias é cidade para quem?”, pergunta com que se deparou pichada em uma parede de um supermercado na cidade. Sem assinatura, a pergunta trouxe reflexões para a autora: poderia ter sido escrita por pessoas em situação de rua? Que, sem domicílio, poderiam indagar: “cidade para quem?”. Em contraponto, ela relaciona com o seguinte slogan da administração municipal da época (2014): “Caxias do Sul, cidade da fé e do trabalho” (Oliveira, 2015). Focando nessa relação, os valores construídos historicamente podem enunciar um “não lugar” na cidade para pessoas que se encontram na situação de rua. Estigmatizadas como “vagabundas” – pessoas antítese do homem econô-

mico, empreendedor –, estão desprotegidas nesse sistema laboral (Cunda; Silva, 2020).

Além disso, a cidade parece ver a rua apenas como um lugar de passagem. A limpeza urbana é algo valorizado e cultivado, tanto pela gestão pública como pela população em geral (Oliveira, 2017). De modo crescente, foram sendo criados aparatos arquitetônicos que podem impedir o acesso ou a permanência de pessoas na rua, em lugares públicos ou privados, integrando uma lógica segregacionista e higienista. Nesse contexto, percebe-se que o município tem barreiras físicas, invisíveis e simbólicas que reforçam os estigmas e os preconceitos e violam os direitos de pessoas em situação de rua na cidade, o que aumenta a relevância social de pesquisas junto a essa população (Oliveira, 2017).

Metodologicamente, buscou-se compreender o fenômeno investigado por meio de abordagem qualitativa. No âmbito de uma pesquisa narrativa, utilizaram-se como técnicas de produção de dados as gravações de áudio de uma Roda de Conversa com cinco participantes em situação de rua e entrevistas agendadas com três profissionais que se relacionam diretamente com eles. Além disso, foram utilizadas informações registradas em diário de campo com as reflexões das pesquisadoras, a partir de observações, conversas informais e registros fotográficos da “arte de viver na rua”, ou seja, produções artísticas realizadas pelos próprios sujeitos. As notas de campo ao longo do processo foram valiosas para a análise dos dados. Como técnica analítica, utilizou-se a análise de conteúdo (Minayo, 2007). Pretendeu-se, então, aprofundar o olhar sobre as vivências subjetivas das pessoas em situação de rua na cidade de Caxias do Sul.

2. O que já sabemos sobre a população de rua?

A busca de ampliação do conhecimento foi organizada do seguinte modo: (1) a diversidade e os sentidos atribuídos à população em situação de rua (POP RUA); (2) estudos acerca de viver em situação de rua, seu cotidiano, suas complexidades, como esse grupo social transita entre o visível e o invisível, bem como, as políticas sociais para a População em Situação de Rua; (3) bibliografia referente às afetividades como potência de ação e ao *sofrimento ético-político*.

2.1 A diversidade da população em situação de rua

A terminologia “pessoa em situação de rua” busca superar a referência de que esse grupo está fixo nessa condição em específico e enfatizar “a situacionalidade da experiência nas ruas, definindo-a a partir de uma concepção do habitar a rua como uma forma de vida possível” (Schuch; Gehlen, 2012, p. 17). O termo busca dar visibilidade às múltiplas formas de entrar, ficar, estar, usar, reivindicar e sair da rua (Pimenta, 2019).

É nas ruas das capitais e cidades brasileiras, sejam elas de grande ou médio porte, que vemos o número crescente de pessoas que estão vivendo ou habitando na rua, trabalhando, perambulando, pedindo. Entre eles, vendedores ambulantes, catadores de material reciclável, flanelinhas ou guardadores de carros, profissionais do sexo, biscateiros, pessoas que “carregam a casa nas costas”, sujeitos que vivem ao léu. São homens e mulheres que se tornaram personagens que ocupam os cenários urbanos das cidades do Brasil. Indivíduos que carregam estereótipos de perigosos, preguiçosos, “coitados”, sujos, manipuladores e vagabundos,

preconceitos esses que (re)produzem invisibilidades e opressões (Nobre *et al.*, 2018; Mattos; Ferreira, 2004).

Além de serem tratados como caso de polícia, marginalizados, eles são privados do direito a uma vida plenamente digna, de ir e vir sem ser incomodado e do uso livre dos espaços públicos. O lugar que ocupam na sociedade é o de *não cidadãos* que devem ser “vigiados” pelo Estado; são vistos como “perigosos” e, portanto, sem direitos de permanecer por um longo tempo, ou parar em locais como calçadas e bancos de praças e parques. Essa indiferença e estigmatização atribuídas à população em situação de rua a coloca em uma posição de não pertencimento à cidade, como um não sujeito, visto como um ser inferior (Barbosa, 2018).

A Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua (POP RUA) (Brasil, 2008) define esse grupo populacional como:

[...] um grupo heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como o espaço de moradia e sustento (Brasil, 2008, p. 1).

Nas ruas existem muitas pessoas de composições diversas, tornando difícil elencar um perfil único que represente todos os modos de vida ou hábitos predominantes. Muitas são as tentativas que buscam compreender essas singularidades. De fato, é importante mencionar como esse público já foi nomeado, analisado e classificado por meio de alguns enquadres e critérios de classificação (Cunda; Silva, 2020). As nomeações foram se construindo a partir do viés da falta: “Pela falta de crença, pela falta de comida, pela falta de trabalho, pela falta de domicílio, pela falta de família” (Cunda; Silva, 2020, p. 2).

Essas nomeações que se formam em torno da rua e a colocam em um “não lugar” na cidade fazem parte das forças dos poderes atuantes (filantrópicos, policiais, médicos, psicológicos). No quadro a seguir são apresentadas as principais nomeações ao longo da história e seus significados.

Quadro 1 – Nomeações da POP RUA ao longo da história

Nomeações	Historicidade	Significados
Nômade	Grécia Antiga; sistema de hierarquização; condição dos mais pobres em Atenas e Roma (Cunda; Silva, 2020).	“[...] o miserável que não fosse escravizado ou que desertasse do regime de escravidão não teria outra forma de sobreviver que a mendicância e a vadiagem na cidade, alternando o pedido com pequenas tarefas” (Magni, 2006, p. 16).
Desgraçado	Filosofia cristã; “pecado, dor, doença, fraqueza, morte”; sistema filantrópico; apologia à pobreza e ao desapego dos bens materiais (Cunda; Silva, 2020).	O pobre, indigente, mendigo e doente ganha destaque. A prática da assistência fraterna “redimia as ignomínias da fome, da doença e da penúria, tornando-as uma ocasião de camaradagem e amor” (Mumford, 1998, p. 268).
Mendigo	Sistema de caridade nascido na Idade Média; Corpo santificado da caridade e corpo ocioso para o trabalho (Cunda; Silva, 2020).	O “mendigo inválido”; inapto; fora do sistema de caridade (Cunda; Silva, 2020).
Vagabundo	Na Europa e nas cidades inventadas na América; a saída da população dos campos para o desamparo nas cidades urbanas; superpopulação em busca do trabalho (Cunda; Silva, 2020).	“[...] já se calculou que nada menos de uma quarta parte da população urbana consistia em marginais e mendigos” (Mumford, 1998, p. 468). A vagabundagem como sinônimo de improdutividade e crimes (Cunda; Silva, 2020).
Rueiro	A arquitetura das cidades modernas; privatização dos espaços. A rua passou a fazer parte do planejamento social e econômico (Cunda; Silva, 2020).	A rua tornou-se um espaço de “não lugar”, espaço de movimento e trocas mínimas; ou seja, seus habitantes representam a desordem (Cunda; Silva, 2020).

Negro	Instituição da escravidão; sistema de opressão, diversas formas de violação; privilégio das raças dominantes; manutenção das diferenças (Cunda; Silva, 2020).	“Branqueamento da população”; os negros associados à vagabundagem, ao não-trabalho; racismo sistêmico; exclusão; a rua tem cor (Cunda; Silva, 2020).
Marginal ou Morador de Rua	Cidade urbana; moralidade burguesa; controle do mercado de trabalho e do direito à cidade (Cunda; Silva, 2020).	Quem estaria nas ruas estava fora do eixo normativo; loucura e coragem para não privatizar os espaços; desenraizados do capital; surge um perfil então multiforme (Cunda; Silva, 2020).
Louca ou Vadia	Cultura burguesa um ciclo de vida moral; menina doce, amável donzela; esposa companheira; mãe educadora; avó bondosa (Cunda; Silva, 2020).	“Mulheres que exerciam a prostituição foram incluídas na série da transgressão das ruas, assimilando também o discurso da higiene social e a imagem de afronta à família” (Cunda; Silva, 2020, p. 9).
Maloqueiro	Casas-cortiços; o avesso do padrão familiar; alvo fácil dos códigos de posturas e das comissões de saneamento (Cunda; Silva, 2020).	Nelas habitavam pessoas com vidas promíscuas, com relações de trabalho informais, e apresentavam perigo social. A sociedade empurra população dita insalubre, afamada por uma vida infernal: “remover para promover” (Cunda; Silva, 2020).
Em Massa	Visto pelas Ciências Sociais como uma patologia social; psicologização e a biologização dos indivíduos (Cunda; Silva, 2020).	A população como dado estatístico, nessa massificação, sujeita as pessoas aos saberes e às práticas de individualização dos corpos (Cunda; Silva, 2020, p. 12).
Em Situações	A partir dos anos 2000; situacionalidade significa a pluralidade das situações que levam à rua (Cunda; Silva, 2020).	Ruptura com os termos “morador de rua” ou “sofredor de rua”, que produzem uma noção estigmatizada e generalizadora do fenômeno (Cunda; Silva, 2020).

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Como demonstrado no quadro, a situacionalidade representa os(as) personagens que habitam cotidianamente as margens e ao mesmo tempo se movimentam em meio à efemeridade das cidades. Seus projetos de vida são estratégias de (sobre)vivência; nesses espaços pelos quais transitam, vínculos e laços são construídos.

Além disso, muitos são os não-ditos e os silenciamentos das ruas (Cunda; Silva, 2020, p. 9).

O resgate histórico mostra os mecanismos criados para controlar os “anticidadãos”, finalidade para a qual muitas políticas foram inventadas. Desde que a cidade virou um ponto de trabalho e proteção, as ruas se tornaram também espaços para poucos, pois os regimes tinham como objetivo banir, matar, prender, internar e corrigir. A rua passa a ser marcada por pontos que se atravessam e evidenciam as relações de poder e manifestação de preconceitos de raça, de gênero e de classe social (Cunda; Silva, 2020).

A POP RUA é diversa e plural, e suas demandas são complexas. É um equívoco tentar compreendê-la como homogênea, pois nas ruas habitam pessoas com diferentes histórias e formas de viver. No entanto, a cidade, as novas tecnologias e a expansão do capital, foram fatores que acabaram intensificando a higiene social, a moral disciplinar, a tentativa de branqueamento do Brasil e a segregação dos considerados indesejáveis.

No intuito de criar alternativas de apoio e superação, existem redes de suporte como grupos, programas de inserção e geração de renda, redes socioassistenciais e militância política dos próprios sujeitos em busca de direitos, como o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) (Galvani, 2008; Silva *et al.*, 2018).

2.2 Caracterização da População em Situação de Rua: as (in)visibilidades nas redes de apoio

Esta segunda seção busca descrever, a partir de pesquisas nacionais e internacionais, as principais informações indicadas na literatura sobre as pessoas em situação de rua e seus modos de viver, apontando suas

características sociodemográficas e das redes de apoio. Na sequência, são realizadas reflexões sobre essa categoria social que faz parte das cidades brasileiras, relatando suas complexidades e como cotidianamente transitam entre o visível e o invisível.

Muitos são os atores que atendem à população em situação de rua, tanto no âmbito governamental como não governamental, em todos os níveis federativos, de diferentes poderes e com diversas atribuições institucionais. Todas as políticas existentes têm suas especificidades e seus desafios, visto que esse segmento populacional reveste-se também de especificidades e demandas diversas (Cunill-Grau, 2014; Lotta; Vaz, 2015; Silva; Calmon, 2017).

Verifica-se que a população em situação de rua viveu até meados de 1990 à margem da agenda do poder público em relação a políticas de inclusão social, quando surgiram as primeiras ações por parte de algumas prefeituras municipais. Antes desse momento, as ações estatais destinadas a esse público se resumiam a atividades assistencialistas e práticas higienistas e segregadoras, que pretendiam controlar essas pessoas (Barbosa, 2018).

A história rumo ao “relativo reconhecimento e visibilidade” e de conquistas legislativas acerca da população em situação de rua se mescla entre a organização da própria da população, com a estruturação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), e a participação de outros atores, como organizações não governamentais, instituições religiosas e integrantes do poder público, a exemplo de Defensorias Públicas, Ministério Público, Conselhos de Direitos Humanos e órgãos do Poder Executivo (Barbosa, 2018).

Como demonstrado, a trajetória das políticas públicas de atenção a essa população foi impulsionada a partir de 2005 com o I Encontro Nacional sobre Po-

pulação em Situação de Rua. A Lei n. 11.258 alterou a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e estabeleceu a obrigatoriedade da criação de programas direcionados à população em situação de rua. Quatro anos depois, em 2009, a PNPR é instituída e cria-se o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (Decreto n. 7.053/2009). A partir disso, houve um aumento de iniciativas governamentais voltadas a essa população. No entanto, o cenário ainda revela que muitas das ações são insuficientes, desvelando muitas vezes a inação governamental para implementar as ações previstas (Silva; Natalino; Pinheiro, 2020).

A população em situação de rua, em tese, tem direito e livre acesso a todas as políticas públicas de saúde. Contudo, verifica-se que o acesso aos serviços é dificultado pelo preconceito e exigências inadequadas (Carvalho, 2013). Por exemplo, até 2011, a ausência de endereço fixo era um obstáculo para emissão do Cartão Nacional de Saúde (Cartão SUS), dificultando o acesso ao sistema de saúde. A falta de documentação individual também é outro fator impeditivo para o acesso a outros serviços (Miranda, 2017; Brasil, 2012).

Assim como o acesso universal às políticas de saúde, a POP RUA ainda conta com um serviço específico, os consultórios da rua, estratégia constituída por equipes multiprofissionais de saúde que oferecem atendimento. Em 2018, havia 152 equipes em 105 municípios (Brasil, 2019). Conforme Medeiros e Cavalcante (2018, p. 756) esse número ainda está muito abaixo do esperado, de 307 equipes em 262 municípios. Os Consultórios de Rua foram instituídos pelas Portarias n. 2.488/2011 e n. 122/2011, que definem as diretrizes de organização e funcionamento dessas equipes. As equipes multiprofissionais devem ser itinerantes e articuladas com as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e também com os Centros de Atenção Psicossocial

(CAPS). As modalidades dos consultórios referem-se a diferentes composições das equipes multiprofissionais (Silva; Natalino; Pinheiro, 2020).

No quadro a seguir, é demonstrado que além da área da saúde e da assistência social, existem serviços especializados que têm como base a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009).

Quadro 2 – Serviços socioassistenciais específicos para a POP RUA

Serviços	Descrição	Usuários	Ações	Unidade	Abrangência
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi)	Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.	Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de situação de rua e mendicância.	Acolhimento, diagnóstico, planos de ação, encaminhamento e articulação da rede socioassistencial e outros órgãos.	Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).	Municipal e/ou regional.
Serviço especializado em abordagem social.	Trabalho social de abordagem e busca ativa.	Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência.”	Escuta, acolhimento, orientação, encaminhamento e articulação da rede socioassistencial e outros órgãos.	Creas ou unidade específica referenciada ao Creas.	Municipal e/ou regional.
Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).	Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.	Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.	Deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. Proporciona endereço institucional para utilização, como referência, do usuário.	Centro POP.	Municipal

Serviço de acolhimento institucional (para adultos e famílias).	Acolhimento em casas de passagem ou abrigos com máximo de cinquenta pessoas no local e quatro pessoas por quarto.	Pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.	Promover autonomia e autocuidado dos indivíduos e acesso à (re)qualificação profissional	Abrigo institucional e casa de passagem	Municipal e/ou regional.
Serviço de acolhimento em repúblicas (para adultos em processo de saída das ruas).	Destinada a pessoas adultas com vivência de rua em fase de reinserção social, que estejam em processo de restabelecimento dos vínculos sociais e construção de autonomia.	Para adultos em processo de saída das ruas.	Abrigamento, orientação, construção de plano individual e promoção da autonomia. Articulação de rede socioassistencial.	República.	Municipal ou regional.

Fonte: Brasil (2009, p. 29-33; 40-53).

Muitos são os desafios das redes de apoio e serviços que prestam atendimentos à pop rua. O funcionamento da rede de suporte se configura como um sistema de ações e serviços integrados, na proposta; na realidade, os obstáculos para efetivação do acesso são muitos (Silva *et al.*, 2018).

É perceptível o aumento do número de pessoas em situação de rua nas cidades, desde a intensificação da crise econômica, de 2015 em diante. Porém, o fato de se ter apenas *uma* pesquisa nacional, reflete o tamanho descaso com o qual essa população é constantemente tratada. É nessa ausência de informações e de mapeamento que se encontram dificuldades e desafios no que se refere à execução e planejamento de políticas públicas mais efetivas (Natalino, 2016).

O levantamento realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2016, com apoio da Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal, já citado na introdução, indicou que na cidade de Porto

Alegre existiam aproximadamente 2.115 pessoas adultas em situação de rua (Pimenta, 2019). Dessas pessoas, a grande maioria é do sexo masculino (85,3%), 34,4% brancos, 24,6% pretos, 12,4% pardos, 2,8% indígenas, 0,8% amarelos e 24,5% outras denominações mencionadas pela própria população pesquisada, dentre as quais se destaca a categoria “moreno” (10,0%), sugerindo um percentual ainda maior da população negra (preta + parda).

Nos últimos anos, algumas cidades como São Paulo e Belo Horizonte se mobilizaram para conhecer o perfil da sua pop rua, buscando preencher algumas lacunas. O Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua), instituído por meio do Decreto n. 7.053/2009, demandou ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a inclusão dessa população no Censo de 2020 (Natalino, 2016).

Com o Censo SUAS foram obtidos alguns registros administrativos que constituem fonte de dados sobre a população em situação de rua. Esse Censo refere-se a informações sobre municípios que possuem uma pesquisa ou algum levantamento de quantidade de pessoas em situação de rua. Assim, em 2015, 1.261 municípios declararam ter alguma informação sobre a POP RUA. Apesar desse número representar menos da metade dos municípios brasileiros, observa-se que correspondem aos municípios mais populosos e com maior quantidade de pessoas em situação de rua (Natalino, 2016; Pimenta, 2019; Resende; Mendonça, 2019).

O estudo realizado por Neves (2011) levantou questões importantes que incidem nos percursos de vida de cada pessoa nessa situação e que explicam a permanência delas nas ruas. A primeira é a ausência de condições familiares estáveis para a constituição

como adulto, perda dos pais, separações em famílias conjugais, conflitos conjugais por motivos que vão de tensões e incompreensões entre o casal, geralmente pelo desemprego prolongado, à violência doméstica. Outras questões referem-se ao longo período de migração visando à inserção em mercado de trabalho distanciado do local em que a família reside, abandono por esposos(as) e companheiros(as). Em certos casos, todos os vínculos anteriormente citados eram apontados como interrompidos. O autor cita também o uso excessivo de bebida alcoólica ou problemas relativos a transtornos mentais, muitas vezes não diagnosticados (Neves, 2011). Destaca-se, ainda, que a maioria dos casos era de homens em situação de rua, sendo menos frequente a presença de mulheres (Neves, 2011).

No diz respeito aos meios de sustento, as pesquisas indicam que a maioria exerce alguma atividade, sendo as principais: catador de material reciclável, flanelinha, vendedor ambulante e construção civil. Uma parte recebe salário mensal por trabalhar com carteira assinada ou tem trabalho regular (Barbosa, 2018). Outra característica sugerida é que grande parte das pessoas que vivem nas ruas não recebe auxílios ou benefícios do Estado. O município de São Paulo revela através de dados censitários que aproximadamente 55% não recebiam benefícios ou auxílios do poder público, enquanto o Censo de Belo Horizonte informa que apenas 31,2% das pessoas em situação de rua recebiam o benefício do Programa Bolsa Família. Outra importante informação do Censo de São Paulo destaca o elevado percentual de idosos em situação de rua que não recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) a que teriam direito (Barbosa, 2018).

Uma realidade comum entre a população de rua é a falta de documentação, fator que se coloca como uma barreira para o acesso aos direitos. A Pesquisa

Nacional sobre População em Situação de Rua (2008) apontou que quase um quarto (24,8%) dessas pessoas não possuía qualquer documento de identificação. Em decorrência disso, muitas delas encontram dificuldade para exercer sua cidadania e acessar os serviços aos quais teriam direito. Ademais, a Pesquisa também apontou que 13,9% das pessoas em situação de rua já vivenciaram algum impedimento na tentativa de tirar documentos (Brasil, 2008).

Outros apontamentos referem-se ao acesso aos serviços públicos. Aproximadamente 10% das pessoas em situação de rua conseguem acessar os serviços de saúde como postos de saúde, Unidade Básica de Saúde, Unidades de Assistência Médica Ambulatorial, pronto socorro, hospital, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Consultório na Rua, de acordo com o Censo realizado em São Paulo (2015). A Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua trouxe outro dado importante sobre esse aspecto; 18,4% já passaram por experiência de impedimento ao tentar receber atendimento na rede de saúde (Brasil, 2008).

Percebe-se no Censo de São de Paulo e de Belo Horizonte, que a maioria da POP RUA já passou por algum tipo de internação em diferentes instituições, como sistema prisional, clínicas de recuperação de dependência de drogas, comunidades terapêuticas, instituições psiquiátricas, sistema sócio educativo. Em São Paulo a porcentagem foi de 58% e Belo Horizonte 40,4%, permitindo refletir que os maiores percentuais de atendimento estão relacionados à institucionalização, ao encontro da lógica de repressão e controle persistente nas ações Estatais destinadas a esse público (Barbosa, 2018).

Nos aspectos focados na categoria emprego, existem indicativos de que o desemprego pode contribuir para a situação de rua e algumas ações para inclusão

produtiva são fatores preconizados como estratégicos para ampliação da autonomia, participação social e superação dessa situação (Pinho; Pereira, 2019). De acordo com Prates, Prates e Machado (2011, p. 194), os processos de rualização ou mesmo da manutenção dos sujeitos nessa situação, envolvem o desemprego, apontando para uma importância significativa do trabalho nesse cenário.

Na pesquisa realizada por Pimenta (2019) na cidade de Porto Alegre, os principais locais onde as pessoas em situação de rua ficam durante o dia são nos parques, praças, pontes e viadutos; além disso, permanecem no trabalho e/ou procurando trabalho. A população de rua, em sua maioria, exerce alguma atividade para garantir uma renda, legitimidade e pertencimento social (Gehlen; Schuch, 2017).

Ressalta-se que apesar da renda ser baixa, algumas alternativas são citadas como meio de sobrevivência dessa população. As atividades são autônomas e de pouca estabilidade, sendo que a principal delas é o trabalho envolvendo catação de material para reciclagem (23,9%); de atividades como jardinagem (14,0%), guardar e lavar carros (12,8%) e pedir (9,9%). Como reflexo disso, o estudo ainda aponta que os entrevistados citam que o rendimento mensal é baixo, recebendo em média menos de um salário mínimo (Pimenta, 2019).

Como detalhado, o contexto é marcado por faltas e fragilidades, estabelecendo um mapa de condutas caracterizadas pela necessidade e criatividade para encontrar soluções as dificuldades que se apresentam (De Alcantara; De Abreu; Farias, 2015). De acordo com o relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado em 2006, uma das principais estratégias de inclusão seria no âmbito do trabalho, no intuito de garantir condições materiais de vida a essa população. Ressalta-se que o trabalho surge articulado

a outras necessidades, trata-se de um recurso para superar a situação-limite imposta pela vulnerabilização ou, ainda, fonte de autovalorização (Brasil, 2008, p. 58).

Todas as características condizem com a desigualdade social presente no cenário brasileiro; as pessoas são afetadas e não conseguem acessar de forma digna seus direitos à educação, saúde, renda, habitação e cultura. A desigualdade social também é econômica e se fortaleceu com a lógica excludente do mercado capitalista na onda neoliberal dos últimos anos. Naturalizou-se o discurso de que as pessoas precisam ser produtivas e buscar seus sonhos com sua própria força de vontade, numa espécie de apropriação vulgar do liberalismo; por meio do princípio da meritocracia considera-se que apenas os mais capacitados prosperam. Aqueles que não têm condições de batalhar de forma justa e igualitária por falta de acesso às condições básicas, ao exercício da liberdade como capacidade (SEN, 2000) são marginalizados e tratados como inferiores.

2.3 Nossos afetos são políticos! A afetividade como categoria de análise para compreender a exclusão/inclusão social

“A gente não quer só comida,
A gente quer comida, diversão e arte.
A gente não quer só comida,
A gente quer saída para qualquer parte.
A gente não quer só comida,
A gente quer bebida, diversão, balé.
A gente não quer só comida,
A gente quer a vida como a vida quer” (Comida – Titãs)

A pesquisa teve como aporte teórico a afetividade e o sofrimento ético-político, este último, como categoria analítica e ferramenta para pensar ações que possam ampliar a análise da dialética inclusão/exclusão. Conhecendo a vivência singular da exclusão e das políticas públicas de inclusão, isto é, emoções e sentimentos que afetam o corpo e as subjetividades nessas

situações sociais, pode-se aprofundar na compreensão sobre os fenômenos psicossociais que ocorrem nesse contexto. Pensar sobre o sofrimento ético-político é olhar para necessidades afetivas e emocionais dos excluídos, também atentar para o lado perverso de certas leituras da inclusão das diferenças, que as incluem para poder administrá-las. A literatura nos mostra que a exclusão se alimenta e se reproduz por meio da tristeza e do sentimento de impotência, que são equivocadamente traduzidas apenas por indicadores socioeconômicos.

O olhar sobre as afetividades possibilita compreender como o processo de inclusão/exclusão é sentido por esta população, abrangendo suas narrativas não de uma perspectiva isolada, mas inter-relacionando com suas relações sociais, e considerando as sensações e emoções, os vínculos e as rupturas, e os preconceitos vivenciados. Além disso, essa perspectiva traz a relação com os processos saúde-doença, como reveladores do sofrimento.

Importante ressaltar que muitos autores inspiraram a formulação dessa análise psicossocial das afetividades, inclusive clássicos, dentre eles Baruch Espinosa. Optou-se por utilizar conceitos do filósofo pelas lentes de suas estudiosas, Bader Sawaia e Marilena Chauí.

A dimensão ético-política do sofrimento é apresentada em estudos com pessoas em situação drástica de exclusão. Por exemplo, moradores de rua não sofrem apenas pela necessidade de moradia adequada, eles sofrem ao se verem privados de dignidade, eles exclamam: “as pessoas passam por mim e não me veem”; “quero me sentir gente”. As mães dos adolescentes muito pobres inseridos nas escolas apontam a escola como fonte de sentimentos negativos: tensão, ressentimento, desqualificação e expulsão. Mas ao mesmo tempo, referem que a escola seria a única alternativa,

necessidade fundamental, para que os jovens tenham esperança de mudar de vida (Sawaia, 2003).

A seguir, toma-se um relato sobre as atitudes violentas de policiais da pesquisa realizada por Nunes e Filho (2016, p. 1): “Não é só morador de rua que apanha não, se bem que morador de rua apanha mais, né? Sem valor”. As afetações violentas e/ou constrangedoras são produtoras de afetos tristes e trazem para suas identidades uma marca perversa de ser um sujeito sem valor. Essas implicações são formas de exclusão, que afetam esses personagens e diminuem sua potência de agir. Quando, ao contrário, alguns encontram os afetados positivamente, aumentando suas potências de vida, o movimento é mais potente e positivo (Nunes; Filho, 2016).

No que se refere às estratégias de trabalho, a catação de material reciclável é uma das principais atividades laborais dos sujeitos em situação de rua. Tornar-se catador é tentar diminuir o sofrimento e intensificar a força para viver dignamente, é seguir conforme as “regras sociais”, por meio do trabalho (mesmo que precário). No entanto, há uma história de exclusão que se mantém durante a vida. Mesmo após o reconhecimento do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, em 2002, da catação como profissão, os catadores ainda sofrem com a discriminação. O mexer com o lixo e com tudo aquilo que é descartável, cotidianamente, pode levar os sujeitos a identificarem-se com o resíduo, posto que são identificados com ele pelo olhar da sociedade; muito embora ter uma profissão, ser “trabalhador”, também possa gerar sentidos positivos aos catadores (Veronese, 2016).

Há uma negação das necessidades básicas e o sofrimento com os estereótipos de marginalizados deriva do fato de serem tratados como inferiores e incapazes de possuir sentimentos refinados, isto é, sentimentos

humanos, emoções de vários tipos. Esse sofrimento ético-político decorre de práticas econômicas, políticas e sociais, que mudam conforme as variáveis dominantes (uma ou mais de uma) no processo de exclusão social: raça, gênero, idade e classe. A força desse sofrimento pode ser tão intensa que transborda para uma recusa em viver, ou até mesmo a morte em vida (Sawaia, 2003).

Nessa dinâmica, compreende-se que os corpos vivos precisam de meios para se manter em pé e em movimento, sendo necessário um corpo/mente com potência de ação para preservar a autonomia e lutar contra qualquer tipo de negação de liberdade e felicidade. Quando há negações básicas, enfraquece-se a potência de liberdade e de felicidade, e é experimentado um profundo sofrimento, nomeado de ético-político. Para que seja superado e o corpo entre em movimento, é preciso reconhecimento, empatia, compaixão e confiança em si e no coletivo (Sawaia, 2003).

Pensar na exclusão passa também pelas relações de poder e desigualdades que a acompanham. Com isso, importa reconhecer que a manutenção dessa ordem é legitimada nas sociedades neoliberais, em que as desigualdades precisam ser administradas. Ou seja, os excluídos devem de certa forma, se sentir incluídos. Assim, inclusão e exclusão assumem as duas faces de uma mesma moeda, porque a inclusão muitas vezes não passa de uma falsa estratégia de adaptação à lógica social excludente. Administram-se as desigualdades incluindo perversamente os sujeitos, tratando os efeitos deletérios superficialmente, sem modificar as causas profundas. Como resultado, se retroalimentam novas formas de sofrimento ético-político (Miura; Sawaia, 2013; Sawaia, 2003).

Analisar o sofrimento ético-político é entender que por trás das desigualdades sociais há vida, sofrimento, medo, humilhação; emoções que incluem também,

paradoxalmente, uma extraordinária característica de vida humana: “a vontade de ser feliz e de recomeçar ali onde qualquer esperança parece morta” (Sawaia, 2009, p. 369). O que se pretende com esta categoria de análise é romper a dualidade social/singular, ou aspecto econômico/aspecto emocional. Considerar os sujeitos por inteiro, corpo, mente, emoção e razão; somos afetados *pela* e afetamos *a* sociedade, o tempo todo. Nessa concepção, a subjetividade não é mais perturbadora e passa a ser constituinte da objetividade social e da compreensão dos fenômenos (Sawaia, 2009; Sawaia *et al.*, 2018).

Em pesquisa com pessoas em situação de rua, foi demonstrado que sofrem por falta de dignidade e liberdade; ao se retirar o direito de escolher e de ser reconhecido, gera-se sofrimento que pode paralisar os seres humanos em seus movimentos de potência de vida (Sawaia *et al.*, 2018). Sob inspiração de Espinosa, Sawaia explica a liberdade como uma virtude, e que sua privação bloqueia meios para a ação, podendo levar as pessoas ao padecimento e à despotencialização (Sawaia, 2001).

Nesse âmbito reside a principal contribuição de Espinosa, a relação positiva entre o poder que tem um corpo de ser afetado, na forma de emoções e sentimentos, e a forma como se estabelecem a ação, os pensamentos e os desejos: o movimento da vida. Mente e corpo são um ser só e as afecções do corpo são afecções da alma, não há hierarquia ou relação causal entre eles. Se aumenta ou diminui a potência do corpo, o mesmo ocorre no pensamento. Essa flutuação depende da força vital da resistência, equivalente da qualidade ética da existência (Sawaia, 2009; Sawaia *et al.*, 2018).

A tristeza é o resultado de uma afecção que diminui a capacidade de existir, tornando os seres passivos

diante do desejo de busca. O medo e paixões como ódio, cólera, humilhação e aversão à felicidade trazem sofrimento ao sujeito (Chauí, 1987, p. 63). A desigualdade social é uma ameaça permanente à existência, aprisionando a experiência, a ação, a mobilidade e a vontade. Além de impor diferentes formas de humilhação, sofrimentos e tristezas que se cristalizam em um estado permanente de paixão crônica na vida cotidiana. Bloqueia o poder do corpo de afetar e ser afetado, se perdem os nexos entre mente e corpo, se rompem as funções psicológicas superiores e a sociedade do entorno. É tão imobilizante, que a potência enfraquecida pode apenas *reagir* e não *agir* diante das circunstâncias, tornando-se assim potência de padecimento, reduzindo o esforço de perseverar na própria re-existência ao sobrevivencialismo negador da vida (Sawaia, 2009; Sawaia *et al.*, 2018).

Essa relação entre as ameaças vindas da desigualdade social e as repostas afetivas que elas trazem compõe um processo psicológico-político, que reproduz a desigualdade. O conceito trabalhado neste estudo propõe distinguir esses sofrimentos ontológicos, aos quais todos os seres vivos estão sujeitos, daqueles que se somam aos processos de exclusão ou inclusão perversa (precária). Entender sofrimento/paixão, ocasionados pelos maus encontros e maus-tratos caracterizados pela servidão, heteronomia e injustiça, é entender em profundidade o sofrimento que passa a se cristalizar e transforma o ser humano em potência de padecimento (Sawaia, 2009; Sawaia *et al.*, 2018). Para além da necessidade do pão de cada dia, pessoas em situação de extrema pobreza necessitam de bons encontros que promovam a liberdade, felicidade e criação. A transformação social requer ações e o agir para combater a servidão. Esses fatores seriam os “re-

médios” para os problemas de exclusão e desigualdade (Sawaia *et al.*, 2018).

Com esse pensamento, promove-se um giro ontológico, mostrando que os sujeitos são providos de uma sensibilidade e vontade na sociedade contemporânea e a busca pela felicidade é um ato político, que precisa emergir de uma ação consciente. Somos livres quando nos tornamos conscientes, a consciência deve ser fonte de uma decisão interior, autônoma, e não de obediência a um comando ou pressão externa (Sawaia *et al.*, 2018).

Quando somos potencializados pela alegria e criatividade, nossos corpos (mentes incluídas) tomam ação diante das tragédias que a desigualdade social promove; necessita-se desses dois elementos, para que o desejo se mantenha aceso. Por meio da organização em diferentes coletivos, passamos a resistir ao “mal” que nos aflige. De forma coletiva é possível potencializar a sensibilidade da alegria com a desacomodação e a indignação com a desigualdade. A ontologia espinosiana promove a união, o coletivo com os outros e no social. A consciência/sentimento, que transforma a passividade para atividade, só é possível por meio do outro, o outro que nos torna comprometidos socialmente, não por obrigação, mas como ontologia, como modo de ser (Sawaia *et al.*, 2018).

Os afetos são responsáveis pela união dos esforços (*conatus*), pela formação de um coletivo; essa união de corpos e mentes constitui um sujeito político coletivo, a “multidão” (Chauí, 2003, p. 250), categoria política fundamental, pois o desejo de resistência nasce do sentimento de indignação; mas resistir não é só se indignar. O direito de derrubar a tirania depende da força para fazê-lo. Essa força, em situação de desmesura do poder, depende de uma potência de agir coletiva conquistada pela união de *conatus*, a qual, por sua vez,

é favorecida quando a lógica dos afetos permite a percepção da amizade e da generosidade como algo útil (Chauí, 2003, p. 250).

Afeto (*affectus*) é justamente essa transição de intensidade, é *transitio*, é transformação de um estado de potência para outro, é ocasionada pelas afecções (*affections*), todas as reações que os corpos e mentes recebem na existência (Sawaia, 2009). Portanto, ele se configura a partir de duas dimensões: mudança, modificações que corpos e mentes interiorizam na forma de emoções e sentimentos (*affectus*), e experiência da afetação (*affection*), poder de ser afetado (Sawaia, 2009; Sawaia *et al.*, 2018).

O sofrimento ético-político é um conceito que se refere aos sentimentos gerados pelas tramas das relações sociais e dos afetos com as particularidades históricas de cada época. Nossos sentimentos são modificados conforme somos tratados e vistos pela sociedade, podendo tanto diminuir como aumentar a potência de vida. Trabalhar com os afetos é aprofundar o que há de mais singular da ação política emancipadora (Sawaia; Silva, 2018, p. 6).

A psicóloga social Bader Sawaia buscou compreender as rupturas entre “o agir, pensar e sentir que ocasionam a supressão da emoção e anulação do pensar na atividade” (Lane; Sawaia, 1994, p. 50). A miséria, a heteronomia, o medo e a passividade são compreendidos como consequências dessas rupturas. Portanto, o conceito de sofrimento ético-político foi criado na interface entre subjetividade e sociedade. A compreensão marxista da sociedade é constitutiva do mesmo, concepção que a autora explica na categoria dialética exclusão/inclusão para reforçar a ideia de que o sofrimento ético-político surge em uma sociedade conflituosa, especificamente na vivência dos sujeitos

no processo de luta de classes e produção de múltiplas desigualdades (Lane; Sawaia, 1994).

A forma como o sistema capitalista inclui faz parte dos mesmos mecanismos de reprodução da servidão, da passividade, da miséria e da alienação do trabalhador (Sawaia *et al.*, 2018; Sawaia, 2001). O conceito do sofrimento ético-político colabora na compreensão das contradições sociais e na reflexão sobre intervenções psicossociais. De acordo com Sawaia (2001), o sofrimento é visto para além da ordem, causado por desajustamentos e descondições, mas é um sofrimento determinado pela situação social da pessoa, dificultando que ela lute contra os cerceamentos sociais. Dessa maneira, o sofrimento ético-político constitui uma categoria de análise da dialética inclusão/exclusão social. Em resumo, é “a vivência particular das questões sociais dominantes em cada época histórica. Sofrimento que surge da situação de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (Sawaia, 2001, p. 56).

Compreender essa dinâmica de complexidades exige um trabalho de escuta, que implica refletir sobre o que se escuta das pessoas em situação de rua. Destaca-se o trabalho de Martins (2016) que faz referência a uma escuta e um olhar apurado para as potências vivas desses sujeitos; a autora foi além do processo de marginalização. Todavia, o estudo é baseado em uma perspectiva de psicologia clínica, não social ou comunitária.

Muitos estudos ainda propõem caracterizar a população de rua. Em geral, são pesquisas que descrevem o “modo de vida” dessas pessoas, mostrando o cotidiano, como são seus hábitos e normas, suas experiências com o espaço urbano, formas de resistência e estratégias de sobrevivência na realidade da exclusão e opressão em que estão inseridos (Monteiro, 2015; Kunz, 2012).

Essas pesquisas são importantes e contribuem para dar visibilidade à temática, mostram os aspectos envolvidos na experiência de rualização, e ajudam a pensar o aperfeiçoamento de políticas públicas propostas ao enfrentamento desse problema social.

No entanto, algumas investigações ainda trazem como referência um padrão de moradia determinante como “onde viver (casa), como viver (trabalho), com quem viver (família)” (Mattos, 2006, p. 43). Uma pesquisa realizada com a população LGBTQ+ em situação de rua refletiu acerca do sofrimento ético-político vivenciado durante as trajetórias de vida dessas pessoas. Os principais levantamentos se vincularam ao aspecto familiar, sendo a família um produto determinado por uma construção sócio histórica; algumas normas sociais da heteronormatividade e dos papéis de gênero regularam as relações cotidianas e a política de afetividade. Com a perda e o distanciamento do vínculo familiar, a família não proporcionou potencialidades de ação e autonomia (Salgado, 2011).

Nos aspectos laborais, a relação servil também foi mencionada, em decorrência do sofrimento ético-político. A desqualificação social transforma a população LGBTQ+ em situação de rua em objeto e excluída do acesso ao mercado de trabalho, mantendo-se com pequenos trabalhos informais ou no mercado do sexo. Uma das alternativas para atenuar a realidade que se encontram, é o uso de drogas como meio de obter prazer. As drogas se apresentam como um atalho; mesmo “falsamente”, é por meio delas que continuam a sonhar e se sentem vivos (Sawaia *et al.*, 2018; Salgado, 2011).

Poucos estudos preocupam-se em trazer questionamentos sobre os afetos envolvidos que atravessam as pessoas em situação de rua. Segundo Veloso (2015), os sentimentos e emoções não são facilmente identifi-

cados, eles subsistem com poucas palavras, de forma silenciada, mas atravessam a existência das pessoas.

Em outras produções acadêmicas, os principais sofrimentos mencionados são humilhação social e a vergonha (Arruda, 2014; Moura Junior; Ximenes; Sarrieira, 2013; Graeff, 2012; Moura, 2012; Matias, 2008; Mattos, 2006; Mattos; Ferreira, 2004). No estudo de Moura (2012, p. 41), os sofrimentos desenvolvidos pela pobreza são entendidos enquanto “mecanismo de opressão”; o sentimento de humilhação está entrelaçado com a vergonha, e são ambos decorrentes das condições materiais de existência. Destaca-se que essa análise dialoga com o “sofrimento ético-político”, considerando os afetos como elementos que se constituem junto com o desenvolvimento histórico e social.

Cabe observar que não há acordo referente ao conceito de afetividade, sentimento e emoção. Sawaia (2000, p. 8), ao se referir com base em Espinosa, coloca que a afetividade é a totalidade dos afetos que está presente constantemente na existência dos seres humanos. A afetividade como totalidade engloba o sentimento e a emoção. O sentimento se refere às reações moderadas de prazer e desprazer. A emoção é um fenômeno afetivo muito intenso e breve, e diz respeito a um objeto específico.

Nessa esfera, Sawaia (1999) entende que existem algumas afetividades que são dominantes e são construídas de forma particular em códigos emocionais, que vão mediar a forma como se é afetado. As experiências de cada relação, de cada coletivo de pessoas, vão formando “signos emocionais comuns”, que são da ordem da experiência e não só da ideologia, apesar de serem por ela mediados.

Em um estudo realizado com catadores de materiais recicláveis, foi apresentada uma análise sócio-histórica sobre sentimentos e afetividades dos trabalhadores na

execução de suas atividades laborais (Miura; Sawaia, 2013). A análise dos dados revelou que as emoções mais frequentes ocorrem em decorrência da discriminação e preconceito da sociedade, os principais afetos citados são de vergonha e a humilhação (Miura; Sawaia, 2013).

Sob a análise de Heller (1985), também influenciada por Espinosa, o sentimento de vergonha é causado pela vigia do “Outro” sobre mim; dessa forma, se interioriza esse olhar culpabilizante. A culpa, por sua vez, não precisa necessariamente do olhar acusador do outro; quando nós mesmos, a partir do julgamento do outro, nos censuramos. A vergonha impede a pessoa de executar a ação, impede sua emancipação, pois acredita que toda ação sua seria censurada ou rejeitada (Heller, 1985).

Apesar disso, acredita-se na potência que o sujeito tem de transformar suas condições de existência, principalmente quando recebe apoio para isso. O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) é uma prova de que, articulados, podem produzir uma luta coletiva emancipatória, embora com muitas dificuldades e enfrentamento de barreiras emocionais e sociais.

Para Santos (2017), os atores sociais podem produzir vozes mobilizadoras de resistência, existem lideranças do movimento social que as produziram, para resistir a essas experiências e emoções negativas e supostamente paralisantes. O mesmo autor conta que:

O MNPR é um movimento social decorrente da luta conjunta de alguns atores sociais e de outros movimentos catalisados pela Chacina da Praça da Sé, um episódio de violência praticado contra pessoas conhecidas como “moradores de rua da Sé (Santos, 2017, p. 30).

O fato, repercutido nacional e internacionalmente (pelo teor de barbárie), ocorreu em 19 de agosto de 2004, quando quinze pessoas que dormiam no local

foram atacadas, sendo que sete delas foram brutalmente assassinadas. Os agressores não foram condenados, mas as vítimas sim: à morte. Todas elas eram pessoas em situação de rua. Houve, na época, uma mobilização que agregou diversos setores sociais e que contou com o apoio ativo de setores da Igreja, principalmente a Pastoral do Povo de Rua (importante ramo progressista da Igreja Católica no Brasil) (Santos, 2017, p. 144).

Evidenciando as ambiguidades do ser/estar catador, ou dos modos de estar na rua, alguns estudos mostram que tornar-se catador pode ser também fonte de potência de ação. Alguns entrevistados relataram que com a atividade de catação foi possível ser reconhecido socialmente como trabalhador “honesto”. Os encontros com o outro podem despotencializar, mas também podem potencializar a vida, mesmo diante de muitas dificuldades. A relação com outros catadores mostrou-se fundamental para pensar em formar uma cooperativa e a fomentar sonhos em comum (Miura; Sawaia, 2013; Veronese, 2016).

Em síntese, a pesquisa relata que todos os entrevistados obtiveram ganhos pessoais, apesar dos muitos sofrimentos. Foi por intermédio da catação que houve a oportunidade de organizar-se e mobilizar-se coletivamente na luta por melhores condições de trabalho e de vida. O lixo antes visto como algo “renegado”, “descartável”, ganha novos significados, ligados a sentimentos de alegria, satisfação, alívio por poder ter as contas pagas e comida na mesa, além da felicidade de poder satisfazer as necessidades humanas básicas. Com esse trabalho foi possível construir vínculos afetivos e encontros potencializadores (Miura; Sawaia, 2013; Veronese, 2016).

Ao se trazer o tema população de rua para o debate, cabe a observação de que embora o “sofrimento” não seja incorporado às análises como categoria

central, pode-se dizer que há certa tendência da literatura especializada em citar que estar em situação de rua é uma experiência penosa. Muitas pesquisas usam o termo “sofrimento” em relação a população de rua (Sawaia, 2018). Entretanto, ainda é necessário investigar os “sentidos” que essa palavra adquire, entendendo a concepção de sofrimento ético-político como a “dor mediada pelas injustiças sociais”. Mas esse sofrimento não é limitado e exclusivo para que o sujeito se mantenha na “rede da servidão”, existindo pela carência e incapacidade de cuidar de si, tornando-o sub-humano. Ele não extingue a potência de vida; para abranger o entendimento, é indispensável uma escuta livre de preconceitos ontológicos, só assim é possível ouvir o apelo à felicidade e à liberdade (Sawaia, 2018).

Salienta-se que é necessário cuidado para não transformar a invisibilidade em visibilidade perversa. Uma escuta atenta às singularidades que fazem parte desta dramática realidade faz-se necessária. As reflexões devem pautar-se nas vivências dos sujeitos, no intuito de compreender o “subsolo humano da exclusão” e alimentar a práxis apoiada na preocupação de resguardar o sujeito potente para todas as pessoas (Sawaia, 2009, 2018).

Neste capítulo foram apresentadas reflexões teóricas acerca da naturalização das opressões e humilhações vivenciadas por parte da população de rua, ratificadas por uma ideia ilusória de igualdade abstrata na ordem competitiva capitalista. Essa cristalização no cotidiano impede de ver a afetividade como um fio condutor das mudanças de paradigma sobre os estigmas sociais, principalmente da exclusão e das desigualdades existentes. Objetivou-se mostrar como se constrói socialmente a visão das pessoas em situação de rua, as condições sociais e os modos de vida que se reproduzem sob o viés do estigma.

3. Percursos trilhados: o método de pesquisa

Considerando que o ato de pesquisar é uma ação que vai se (re)construindo ao longo do processo, os percursos metodológicos foram sendo reinventados a partir dos contatos com o campo e com o cenário da pandemia de COVID-19 no Brasil.

Tratou-se de um estudo de cunho exploratório, utilizando uma abordagem qualitativa. As pesquisas qualitativas têm o intuito de investigar questões de caráter subjetivo, em que os entrevistados têm a liberdade para apontar seus pontos de vista sobre o assunto em questão (Chizzotti, 2003). Esta perspectiva possibilitou compreender o objeto de estudo e uma conexão com a totalidade dos seres e dos afetos envolvidos nas relações, entendendo os sujeitos como seres históricos e sensíveis.

Na fase exploratória, foram levantadas informações importantes sobre a população que vive na rua, por diferentes meios de comunicação (jornais, noticiários, literatura, fotografias). Também se conheceu os espaços e os locais onde transitam no dia a dia. Além disso, a primeira autora inseriu-se ativamente em uma ONG que realiza atendimentos a população em Caxias Sul – RS. Para Minayo, a pesquisa social acontece a partir das investigações do pesquisador inserido na sociedade, nas instituições, percebendo as relações, as histórias de vida e os simbolismos (Minayo, 2010, p. 47). Esta fase exploratória propiciou as primeiras aproximações com a população em situação de rua em Caxias do Sul e um contato com as instituições de referência nas políticas públicas do município.

Para o levantamento dos dados, optou-se por técnicas como o diário de campo, a entrevista individual e

grupal e uma roda de conversa com cinco pessoas em situação de rua e profissionais presentes no momento da ação. Ademais, foram realizadas entrevistas com os profissionais, via Skype. Esses sujeitos atuam em ONGs (Organizações Não Governamentais) e em Políticas Públicas governamentais com a população de rua. O intuito foi observar as vivências relacionais e as experiências subjetivas.

As incursões no campo tornaram-se um desafio quando, em março de 2020, houve a eclosão e intensificação dos efeitos da pandemia do Covid no Brasil. Ações foram tomadas por parte da sociedade e do governo para assistir aos grupos mais vulneráveis, incluindo a população em situação de rua, diante das necessidades de subsistência, de saúde, de isolamento, de distanciamento social e de higiene, nem sempre suficientes.

O local para acontecer a roda de conversação foi escolhido conforme as ações emergenciais que ocorreram com o aumento do número de casos do coronavírus. Assim, ocorreu nos Pavilhões da Festa da Uva, que serviu de abrigo temporário a moradores de rua durante a pandemia. A ação foi uma iniciativa da Fundação de Assistência Social (FAS), órgão da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, e contou com o apoio da Secretaria Municipal de Segurança pública, Centro Pop Rua e 3º grupo de artilharia antiaérea. Nessa ação foram abrigadas em média 200 pessoas em situação de rua no Pavilhões. Por isso, ocorreu a ideia de chamá-los de Festa da Rua, não Festa da Uva.

A roda de conversa ocorreu simultaneamente com a atividade de musicoterapia, convite realizado pelo musicoterapeuta do Centro POP, profissional que participava da pesquisa como informante/interlocutor. Com horário previamente agendado, agimos por meio do diálogo, metodologicamente enquadrando-se nos instrumentos de entrevistas grupais, ou rodas de

conversa, respeitando a disponibilidade dos atores e sua privacidade. Naquele momento, todos os cuidados foram tomados, como uso de máscaras, higienização das mãos e distância de um metro no mínimo entre cada participante, seguindo as recomendações das autoridades sanitárias. Utilizou-se a gravação em áudio, que depois de transcrito no meio digital, foi analisado e devidamente excluído. Para a execução do grupo de conversa, utilizou-se uma proposta geral, explicando em linguagem acessível os objetivos da pesquisa e solicitando para as pessoas falarem como se sentiam, o que pensavam, como estavam experimentando aquele momento.

A inserção das pesquisadoras no grupo contou com o apoio do condutor da oficina de música, que foi o “informante chave”, que as apresentou aos sujeitos. Os diálogos aconteceram articulados com a partilha de saberes daquele evento-oficina, (re)construção de novos saberes de forma coletiva. A oficina já fazia parte do cotidiano do Centro POP Rua, o que permitiu que a produção de conhecimento fizesse sentido para eles/as, aumentando o engajamento e inserção como sujeitos do processo.

O Centro POP Rua é uma unidade pública estatal, que atua com o atendimento especializado à população em situação de rua. Pretende representar um espaço de referência para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Apesar das limitações, teve considerável importância no contexto da pandemia.

A cada troca e expressão espontânea dos sujeitos sobre os diversos aspectos da vida cotidiana, uma música nos embalava, sendo cantada e/ou tocada por meio dos instrumentos disponíveis. Em razão disso, optou-se por trocar o nome dos “Pavilhões da Festa da Uva” por “Pavilhões da Festa da Rua”, representando

um espaço com música, diversão, reflexão, emoção e trocas. Nesse instante foi possível produzir horizontalidade entre os envolvidos e acompanhar, estimular, facilitar o processo expressivo dos sujeitos. A oficina e a entrevista grupal constituíram um momento muito rico de interação e afetações positivas.

3.1 Levantamento anterior das informações

No que se refere ao levantamento prévio das informações, os primeiros procedimentos foram realizados a partir de entrevistas agendadas com profissionais (médicos, psicólogos e musicoterapeuta) que atuam diretamente com a pop rua. Também foi utilizado o uso de registro em diário de campo, a partir de diálogos com a população em situação de rua, com observação livre e registro escrito e fotográfico. O diário manteve alguns depoimentos da pop rua que foram problematizados e discutidos entre as autoras. Importante salientar que as informações analisadas nesta pesquisa foram sendo construídas durante as inserções no campo. Os contatos realizados aconteceram a partir do vínculo pré-estabelecido, que favoreceu encontros informais para explicar a pesquisa e sua finalidade para os participantes.

Como consta na resolução 510/2016 para pesquisa com seres humanos, específica para as ciências sociais, o consentimento para participar da pesquisa se deu por meio da expressão oral e também da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pesquisa foi explicada cuidadosamente para cada um dos participantes com uma linguagem acessível e eles/ as se mostraram dispostos a participar.

3.2 Perfil dos participantes

Para não expor a identidade dos participantes, suas falas serão apresentadas por meio de nomes de músi-

cos(as) brasileiros(as), sendo que a escolha dos artistas representa seus gostos musicais e as músicas que embalaram nossa roda de conversa. Os profissionais que participaram serão mencionados a partir de suas áreas de atuação.

Além disso, o material de análise também conta com depoimentos de outras interações registradas no diário de campo junto com o material fotográfico. Esse material foi estruturado a partir de encontros informais que serviram como ferramenta facilitadora de vínculo e de produção de dados. As falas e as artes fotografadas serão nomeadas como *depoimentos do Diário de Campo* no decorrer das discussões das análises.

Quadro 3 – Descrição dos participantes/interlocutores da pesquisa

PARTICIPANTES				
Pessoas em Situação de Rua				
Nome	Gênero/ Sexo	Cor/Raça	Faixa Etária	Naturalidade/ Estado
Cazuza	Masculino	Pardo	35-39 anos	Belo Horizonte/ Minas Gerais
Seu Jorge	Masculino	Preto	25-29 anos	Alegre/Espirito Santo
Tim Maia	Masculino	Preto	35-39 anos	Salvador/Bahia
Pitty	Feminino	Branca	20 a 24 anos	Argentina
Raul	Masculino	Branco	30-34 anos	Caxias do Sul/ Rio Grande do Sul
Milton	Masculino	Pardo	45-49 anos	Maceió/ Alagoas

Fonte: elaborado pelas autoras.

Quadro 4 – Participantes – profissionais (ações governamentais e não governamentais)

Nomes	Gênero/ Sexo	Raça	Faixa- etária	Área de atuação	Local
Caetano	Masculino	Branco	28-33 anos	Médico	ONG
Rita	Feminino	Branca	28-33 anos	Psicóloga	ONG
Marisa	Feminino	Branca	35-39 anos	Enfermeira	Pavilhões da Festa da Rua
Gilberto Gil	Masculino	Preto	35-39 anos	Musicoterapeuta	Centro Pop

Fonte: elaborado pelas autoras.

Com os dados obtidos nas entrevistas e realizadas as transcrições, a técnica empregada para análise do material foi a análise temática, baseada na análise de conteúdo conforme o referencial teórico de Bardin (2004) e Minayo (2007). A partir das transcrições, elaborou-se um relatório do estudo descrevendo a análise de cada caso. Após, foi realizada a síntese dos casos e o cruzamento das informações, obtendo-se, assim, significados em comum, a partir da intersubjetividade com as reuniões da equipe da pesquisa (primeira e segunda autoras).

A Análise de Conteúdo segue de uma leitura de primeiro plano para atingir um nível mais aprofundado, que ultrapassa os significados manifestos. Relaciona estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados, articulando a superfície dos textos descrita e analisada com fatores que determinam suas características, como variáveis psicossociais, contexto cultural, contexto e processo de produção da mensagem.

Foram consideradas as seguintes etapas: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados

obtidos e interpretação. Na pré-análise os objetivos iniciais da pesquisa foram retomados diante do material coletado, realizando a leitura flutuante; constituição do *Corpus*, que consiste na organização do material conforme as normas de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência (Bauer; Gaskell, 2017). Na etapa de exploração do material, a partir do recorte do texto em unidades de registro, foram estabelecidas as regras de contagem e a classificação e agregação dos dados em categorias. Por último, no tratamento dos dados obtidos e interpretação, realizou-se a integração da teoria com as narrativas dos sujeitos e a observação da pesquisadora.

As análises permitiram identificar três categorias temáticas que representam:

- a) a diversidade de viver, sentir e re-existir nas ruas de Caxias do Sul/RS;**
- b) as vivências do sofrimento ético-político, como desrespeito e padecimento;**
- c) os afetos potentes, os bons encontros, a arte de viver na rua, os vínculos formados e a reciprocidade.**

4. Análise dos resultados e discussão

4.1 A diversidade de viver, sentir e re-existir nas ruas de Caxias do Sul/RS

“Não somos todos iguais, não, viu! Tem pessoas que estão na rua e gostam de ficar por causa da vida mesmo, mas tem outras que não...” (Milton)

A partir das observações e da relação vivencial com a população em situação de rua em Caxias do Sul/RS, foi possível notar diferentes formas de resistências e existências. Há uma diversidade de pessoas com suas histórias e vivências. A fala emitida por uma pessoa em situação de rua “Não somos todos iguais” expressa a forma preconceituosa como ainda são tratados pela sociedade, retratados muitas vezes como vítimas ou transgressores da ordem social (Lopes, 2019). A exclusão social a qual estão submetidos e a falta de reconhecimento social interferem no conhecimento de suas reais necessidades e desejos, justificando a necessidade de um olhar mais atento às singularidades e especificidades dos seres humanos que estão ali. Ressalta-se a necessidade de escutas atentas que valorizem todas as dimensões e capacidades existentes destes sujeitos.

Uma das características do perfil dos participantes da pesquisa é a diversidade de pessoas que chegam de fora da cidade, como descrito por um informante que estava abrigado nos Pavilhões da Festa da Rua: “[...] *incrível como existem pessoas de tudo que é lado daqui do Brasil*” (Seu Jorge).

A busca de trabalho e por melhores condições de vida são um dos principais motivadores mencionados por eles, responsáveis por esses deslocamentos pelo país. No diário de campo, alguns relatos referiram o trabalho, especificamente o desemprego, como res-

ponsável pela chegada à rua e pela permanência nessa condição. Muitas são as experiências dos que chegam na região pelo trabalho na colheita de maçã e de uva: *"vim para a colheita de maçã em Vacaria. Morei por 11 anos em São Paulo, trabalhando na área de construção e nas sinaleiras da cidade. São Paulo, dá para se virar legal, tudo dá dinheiro"* (Milton).

Muitos demonstram se sentir presos na atual situação da pandemia, já que as recomendações são de isolamento e o distanciamento social: *"Não tem o que fazer, nessa situação ficamos presos, não temos a oportunidade de procurar o emprego"* (Milton).

Como demonstrado pelo levantamento da Fundação de Assistência Social (FAS) da cidade, o aumento do número da POP RUA em 2020 atrela-se ao aumento do desemprego e à chegada de pessoas de fora da cidade na época da colheita da Uva, que acontece nos meses de janeiro a abril (Prefeitura de Caxias do Sul, 2020). Algumas pesquisas também mencionam o trabalho ou a falta dele como responsável da condição, no entanto, apesar de ser um fator relevante, não pode ser considerado o único causador (Mendes, 2007; Lopes, 2019; Serrano, 2004). As motivações e as causas para permanecerem nas ruas ou chegarem às ruas, são diversas, e requerem conhecer suas histórias.

As pesquisas apontam que alguns fatores podem estar relacionados pela falta de opção, mas também pela própria escolha (Andrade; Costa; Marquetti, 2014), como referido por um dos participantes da roda de conversação: *"Eu estou aqui por uma escolha, e minha escolha está perfeita"* (Cazuza). Ele referia-se a viver na rua. A fala demonstra que viver nas ruas também pode ser um modo de vida, exigindo uma resistência, e cada pessoa pode recriar sua forma de se manter e sobreviver nas ruas (Félix-Silva; Sales; Soares, 2016).

Existe ainda uma intensidade em viver nas ruas, e como evidenciado no estudo de Gomes (2006), as vidas nas ruas são totalmente ligadas no tempo presente e na liberdade. Sob este aspecto, toma-se uma fala do Cazua:

É que quando estamos na rua, acontece muita coisa em uma semana, em um mês, é diferente da rotina normal que as pessoas têm de ir para o trabalho e voltar para casa e ter a liberdade apenas no domingo..., a gente que está na rua o tempo todo, a gente está livre o dia todo, eu que trabalho com malabaris, não consigo ficar todo o dia na sinaleira, por exemplo, não tenho físico para isso, então eu vou para sinaleira e faço a grana do dia, quando eu sei que tenho uma grana para comer e para pagar um lugar para ficar, amanhã eu trabalho de novo, então eu não passo todo o dia trabalhando, eu tenho contato com muita gente (Cazua).

A fala representa o quanto a vida na rua exige uma reinvenção constante do próprio ser, que precisa construir estratégias para trabalhar, se alimentar e conseguir um lugar para descansar. Morar na rua também exige ressignificações de objetos, de fazeres, de práticas e de espaços, driblando constantemente os limites e as proibições. É nela que se reproduz desenhos variados no tecido urbano (Kunz; Heckert; Carvalho; 2014).

Outros fatores para permanência nas ruas é o uso de drogas lícitas ou ilícitas, a deterioração de vínculos de familiares, perdas de entes queridos, saída do sistema prisional, vínculos fragilizados nos relacionamentos afetivos, vivências de violência doméstica (Costa; Mesquita; Campos, 2015; Mattos, 2006; Kunz; Heckert; Carvalho, 2014; Lopes, 2019; Rosa; Bretas, 2015; Rosario, 2015). A questão do uso de drogas e perdas afetivas fez parte da história de vida de Raul, que há 12 anos viveu em situação de rua em Caxias do Sul: *“Ah, eu aprendi sozinho violão, com 10 anos, mas depois eu fiquei em situação de rua, morei 12 anos na rua,*

eu perdi meu pai, tive problemas na vida, me envolvi com droga” (Raul).

A maioria da população local é masculina, com idades entre 18 e 39 anos, conforme havia sido apontado pelo levantamento da FAS (Prefeitura de Caxias do Sul, 2020). “A maioria pretos e pardos que moram em lugar nenhum” (Baptista, 1999, p. 97), evidenciando que a rua é marcada por pontos que se atravessam e revelam as relações de poder e exclusão estrutural de: raça, gênero e classe social.

No tocante às necessidades básicas, como o acesso a alimentação, higiene pessoal e roupas, geralmente são facilitados pelos serviços ofertados pelas políticas públicas, por meio de doações e também de ações de organizações não governamentais: “*O pessoal de vacaria me ajudou sabe, eles me deram cobertor, sabiam que eu não era do Rio Grande do Sul, eu estou com ele até agora, ele é bem quente*” (Tim Maia). Outros relatos evidenciam que as casas de passagem são importantes:

[...] pelos relatos da minha pesquisa, era no sentido das casas de passagem, que eram um lugar para dormir, comer e tomar banho. Uma das minhas entrevistas que fiz, um depoente disse que vão para casa de passagem para “engorde”, para depois voltar para a rua mais um tempo (Rita, Psicóloga – ONG).

Essas falas também vão encontro de alguns estudos que mencionam a realização das atividades do cotidiano, como descanso, cuidados com a higiene pessoal, necessidades fisiológicas e alimentação, como dimensões em que cada sujeito vai encontrando soluções alternativas (Lopes, 2019). Algumas dificuldades são dribladas a partir das seguintes estratégias: dormir acompanhado (a), para sentir-se mais protegido, uso de banheiros públicos ou de estabelecimentos comerciais para realizarem suas necessidades fisiológicas, pedir e trabalhar para se sustentar e se alimentar (Andrade; Costa; Marquetti, 2014).

Os participantes mencionam diversas formas para obter o sustento. Cazuzza trabalhava nas sinaleiras como malabarista, mas atualmente trabalha com o seu violão: *“Eu trabalho com a minha arte (música)”*, e ainda complementa sua fala *“por muito tempo eu achei que eu iria conseguir essa expressão, através do malabarismo, foi a primeira arte que eu sai para desenvolver [...] percebi que a minha identificação e minha expressão estava muito mais na música, hoje eu pego muito mais o violão.”*

Ainda nesse âmbito laboral, o diário de campo e as observações permitiram identificar que as demais atividades desenvolvidas são de caráter informal, tais como área da construção civil, catação de material reciclável, nas sinaleiras como artistas e como vendedores de doces e artes. Foram registrados alguns relatos: *“Eu trabalho vendendo esculturas, é uma forma que temos de mostrar nossa função, não somos vagabundos, não somos bandidos”* (depoimentos do Diário de campo); *“trabalho com o Swing (Swing de Fogo Corrente) que é Malabaris, que é fazendo fogo, já trabalhei como palhaça”* (Pitty).

De modo geral, por meio dos relatos e percepções dos profissionais envolvidos e das POP RUAS protagonistas nesta pesquisa, foi possível conhecer outros modos de realizar as atividades cotidianas, como os cuidados com a própria saúde, higiene pessoal, descanso, alimentação e trabalho, entre outras soluções encontradas. Para o descanso e para lidar com o frio extremo da região da serra gaúcha, é descrito o uso do papelão: *“porque o frio que vem do chão é o pior, vou te dizer que o papelão ajuda muito a isolar”* (Pitty).

Cazuzza também concorda e menciona o papelão como uma forma de se proteger do frio *“papelão é essencial”* (Cazuzza); O papelão além de servir como cama é uma forma de autocuidado para evitar o contato direto com o chão: *“o papelão neutraliza, e fora que as pessoas*

cospem e sujam as calçadas. Então o papelão ajuda para não ter o contato direto” (Tim Maia).

Algo que chama a atenção, é que mesmo com carência de recursos materiais, a solidariedade e a invenção de novos vínculos afetivos constituem espaços sociais e de coletividade possíveis nas ruas: *“por exemplo, se tu pegar uma marmita no restaurante, que tu ganhou, tu divide entre os companheiros da rua, dividir com cinco pessoas, sabendo que depois daquela marmita ele não ia ter mais nada”* (Cazuza). Acerca dessa solidariedade entre a pop rua, Kunz (2012, p. 35) menciona: *“o viver na rua não se garante com práticas de isolamento e sem trocas, faz-se necessário tecer redes de solidariedade. Quem cai na rua não tem como viver sozinho. Para ser aceito ‘não pode ser um parasita’ [...]”*.

Apesar da mobilidade contínua e das inconstâncias, que poderiam dar características efêmeras às relações, as interações e conexões vão se reinventando nas ruas. Em meio às conversas, emergiu um relato sobre os relacionamentos amorosos. Um casal conta a história de como se conheceram, e como convivem em um relacionamento sério há cinco meses: *“nos conhecemos viajando, ele estava no Uruguai quando nos conhecemos, na cidade de Soriano, nos conhecemos em um Camping, onde as pessoas ficam quando estão viajando [...] sim, imagina que a gente tem uma filha, uma cachorrinha (risos)”* (Pitty). Durante a roda de conversa o casal expressa suas afetividades, cuidado, intimidades e comprometimento, características comuns em relacionamentos amorosos (De Andrade; Garcia; Cano, 2009; Cunha *et al.*, 2017).

No âmbito da saúde, o médico idealizador da ONG Medicina na Rua, da cidade de Caxias do Sul, relata como se dá o cuidado em saúde, mencionando táticas adotadas por um sujeito em situação de rua com

uma doença crônica e sua organização dos próprios cuidados:

Ele era um paciente com diabetes que nós tivemos... ele tinha sua insulina, ele tinha em uma caixinha térmica, na mochila dele. Aquilo me marcou muito, porque o paciente diabético é um paciente muito difícil de manejar, é um paciente que briga com a sua própria doença. E aquilo me tocou muito, porque aquele paciente mesmo sendo diabético e morador de rua, vivendo de rua, conseguia manejar muito bem sua diabetes, com todos os outros problemas sociais, ele tinha um cuidado incrível com os medicamentos, ele me mostrou como ele cuidava e armazenava (Caetano, Médico – ONG).

Isso demonstra a enorme importância do Sistema Único de Saúde (SUS) e das iniciativas da sociedade civil para que os cuidados em saúde possam se efetivar. Além dos próprios cuidados, os serviços de assistência social, tanto de ações governamentais como não governamentais, são frequentemente acessados para realização de atividades básicas do cotidiano e para promoção de saúde:

Normalmente esses pacientes que usam medicação de uso crônico têm um grande auxílio da FAS, eles auxiliam muito, é uma estratégia de que o paciente em situação de rua deixa a medicação com eles, e daí têm que ir até a casa para tomar medicação, cria vínculo. (Caetano, Médico – ONG).

É possível ver que tanto a ONG e quanto a POP RUA contam com o auxílio das políticas públicas; constitui-se assim, uma articulação entre Estado e sociedade civil. As ações promovidas pela ONG contam com a participação de voluntários de diversas especialidades, que buscam levar saúde integral, por meio de atendimentos multidisciplinares que são disponibilizados de forma gratuita. Entre os profissionais que prestam o serviço no projeto, encontram-se a Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Odontologia, Podologia, Psicologia, Serviço Social, Veterinária e Direito. As ações ainda contam com o apoio de instituições de ensino, Universidade

de Caxias do Sul (UCS) e da Fundação de Assistência Social (FAS). Os acolhimentos ocorrem com foco na saúde mental e também promovem encaminhamentos à rede municipal de saúde, conforme as demandas apresentadas.

É importante salientar que esses serviços não podem substituir as ações do Estado, mas devem ser vistos como parcerias possíveis, com diversas potencialidades e com extrema relevância social. Como enfatizado em algumas pesquisas, é importante que essas ações sejam articuladas com diferentes setores, para assegurar o seu atendimento integral, fortalecer a assistência social, e possibilitar as garantias de acesso às políticas públicas e demais direitos. É fundamental que esses serviços respeitem as escolhas de cada indivíduo (Dos Santos; Lopes; Souza; 2020; Oliveira; Guizardi, 2020).

Ainda referente aos aspectos da saúde, e especialmente em relação ao cenário de enfrentamento da COVID-19 à época da pesquisa, verificou-se a necessidade de um olhar atento às especificidades. As estratégias devem ir além do isolamento, higienização e alimentação. Quando interrogados sobre o contexto pandêmico e os desafios presentes tanto para os profissionais quanto para a POP RUA, houve declarações da necessidade de cuidados que fossem ao encontro de cada sujeito em situação de rua, correspondendo com suas realidades específicas:

Então é um momento da gente trabalhar a psicoeducação, de acordo com a realidade deles..., psicoeducação, uma boa higienização, naquelas pessoas que estão na rua e querem continuar na rua, educá-los a se cuidar na rua, ter todos esses cuidados, mesmo estando na rua (Caetano, Médico – ONG).

No entanto, com a intensificação da pandemia, algumas iniciativas em âmbito municipal foram implementadas, bem como ampliação de serviços já existentes. Nesta pesquisa, foi possível coletar dados

de algumas destas medidas adotadas no início do período pandêmico em algumas regiões do País, como as unidades provisórias de abrigo. Também a intensificação dos serviços especializados em abordagem social, com ampliação de equipe e do horário das abordagens, muitas destas realizadas em conjunto com profissionais de saúde para aferir e avaliar sintomas do COVID-19, atividades voltadas à orientação quanto ao autocuidado, prevenção em vias públicas ou nos Centros Especializados no âmbito da assistência social (Silva; Natalino; Pinheiro, 2020).

No âmbito da saúde houve a intensificação e ampliação das equipes do Consultório na Rua, com vistas a conter a disseminação da COVID-19: ações de higiene, como a distribuição de kits com álcool gel 70%, água e máscaras; instalação de equipamento de limpeza em vias públicas, e a descentralização e ampliação de horários de atendimento dos restaurantes populares (Silva, Natalino; Pinheiro, 2020). Enfatiza-se aqui alguns discursos sobre as unidades provisórias de abrigo:

O problema todo é esse aqui, estamos aqui, incrível como existem pessoas de tudo que é lado daqui do Brasil, e esses dias estava tentando parar para refletir, estava aqui pensando, eu cara como é interessante, conviver com 100 pessoas em um lugar fechado, sem poder sair, é um Big Brother Brasil, conviver com várias personalidades não é fácil (Seu Jorge).

Estamos aqui parados, passamos todos os dias, podemos estar nesse tempo aprendendo (Milton).

Isso que você está fazendo é bom, está nos escutando. Um casamento é assim sabia... eu já fui casado, não adianta tu ser casado e tu chegar em casa e não dar atenção para a mulher... então não casa, casamento precisa de atenção! (Milton).

São muitas as personalidades, como mencionado por Seu Jorge, demonstrando a necessidade de escuta dessas vozes, e compreensão de fato acerca de seus desejos e aspirações. A emergência sanitária traz reflexões de que o de processo saúde/doença deve ser visto

de forma integral na sua dimensão ético-política, o que significa pensar para além do campo biológico e das condições materiais. Saúde é mais do que bem estar físico, ela é uma dimensão da felicidade pública, direito à liberdade, à participação social e ao poder de escolha.

Além da urbanidade interrompida, muitas mobilizações e reações políticas, econômicas e de toda a espécie de organização da sociedade e do Estado, foram adotando localmente estratégias possíveis para enfrentar a crise. Diante de todos os dramas, a população em situação de rua tornou-se alvo de preocupação, mas também teve suas vidas interrompidas e espaços bloqueados (Silva; Natalino; Pinheiro, 2020). O que evidencia ainda mais o quanto o período foi sentido e vivenciado de formas muito diferentes para cada pessoa ou grupo social.

Essa discussão também corrobora com a pesquisa realizada por Oliveira e Guizardi (2020), que analisaram a política para inclusão de pessoas em situação de rua no Distrito Federal, no âmbito das ações de assistência social e saúde. No estudo foi possível observar uma baixa articulação dos serviços de atenção à saúde entre si e a sobreposição de suas ações, que atuam nos limites do processo de saúde e doença, e reduzem a resolutividade. Além disso, houve a recorrência de práticas e concepções preconceituosas e da inexistência de um olhar abrangente para as complexidades dos determinantes da saúde, impactando de forma negativa o acesso aos serviços (Oliveira; Guizardi, 2020).

Enfatiza-se que a pandemia da Covid-19 evidenciou diversas desigualdades já existentes. A emergência sanitária trouxe reflexões sobre a permanente violência estrutural, que se utiliza de estratégias segregadoras. A existência nas ruas nos afeta e nos convida a lançar um olhar ético-político para as ruas e marquises das cida-

des. Como citado por Félix-Silva, Sales e Soares (2016, p. 54):

Em alguns lugares, as pessoas, seus colchonetes, roupas e outras coisas penduradas nas árvores. Um museu aberto na rua. A exposição da vida do morador. Uma casa sem paredes, sem teto, sem vidro. Uma casa sem proteção. Uma casa. Hoje, nosso olhar para a cidade é outro. Olhamos as árvores das ruas, árvores guarda-roupas e dormitórios de quem faz da rua sua casa. Nos sinais de trânsito, reconhecemos as pessoas em situação de rua e lembramos suas histórias. Os acenos nos lembram que também fazemos parte da rua. Esse olhar sendo mudado, inclusive quando pensamos nesse modo de vida. Um olhar que vê não somente o sofrimento, mas também amores, amizades, risos e respostas.

A partir das experiências aqui relatadas, compreende-se que as pessoas que vivem na rua se reinventam, experimentam os espaços, pisam, dormem, choram, se cuidam, se relacionam e contrariam o sentido hegemônico desse espaço. A rua se torna um espaço vivido, um lugar para habitar na incerteza do trânsito, de carros e de corpos apressados. Foram evidenciados os diversos modos de reexistir nas ruas de Caxias do Sul e muitas estratégias adotadas para sobreviver. São múltiplos os fatores de chegada às ruas, assim como os fatores para permanecer ou sair delas. Não somos todos(as) iguais! Frase que contempla esse segmento populacional heterogêneo, com suas histórias diversas e necessidades específicas.

4.2 As vivências de sofrimento ético-político por parte das pessoas em situação de rua

Pergunta-se frequentemente: qual é a real necessidade dos excluídos? Aos pobres basta o alimento? Aos discriminados basta a lei? Às crianças basta o acesso à escola? É evidente que não. Essas são medidas fundamentais, mas não são suficientes (Sawaia, 2003, p. 55).

O referencial que embasou este estudo foi a perspectiva dos afetos/afetações e do sofrimento ético-

-político (Sawaia, 2014). Como já salientado, a condição de estar na rua faz parte de um arranjo multifatorial e biopolítico. Nela se encontram uma pluralidade de histórias e modos de vida, existências construídas a partir das relações sociais, assim como modificadas por tais relações. Porém, a partir dos afetos negativos vivenciados pela condição social, dos estigmas e dos preconceitos ainda existentes, pode alienar-se a singularidade e/ou a ação criativa do sujeito.

As análises permitiram identificar duas dimensões que representam as vivências do sofrimento ético-político das pessoas em situação de rua em Caxias do Sul: o **desrespeito**, que refere-se a vivências de humilhações, de discriminação, de rebaixamento, de violações de direitos humanos, que conseqüentemente levam à segunda dimensão, conforme a teoria escolhida; o **padecimento e a servidão**, explicados pelos maus encontros vivenciados na rua, gerando a passividade dos indivíduos diante de situações que os constroem, às percepções negativas por parte dos agentes das políticas públicas, e o sentimento de auto culpabilização por estar em situação de rua.

Como demonstram os depoimentos dos profissionais que os atendem: *“No sentido eles ficam muito agradecidos por terem tido aquele cuidado, é como se eles sentissem que não merecessem, sabe”* (Rita, Psicóloga – ONG); *“eu não mereço o cuidado, porque não sei aproveitar”* (Seu Jorge); *“E depois as profissionais dizem: ‘não ficou porque não quis, não soube aproveitar’, aquele velho julgamento..., ‘aqui tinha tudo e preferiu estar na rua’. É esse velho pensamento que se naturaliza”* (Rita, Psicóloga – ONG).

Os protagonistas desta pesquisa mostraram que mesmo vivenciando na pele a exclusão, resistem e reinventam suas histórias. São pessoas com muitas necessidades, que precisam ser reconhecidas, precisam

de afeto, de dignidade e precisam se sentir únicos, mas ao mesmo tempo iguais aos seus semelhantes, merecendo respeito.

Tem pessoas que chegam aqui e não deixam nem a gente falar, tem pessoas que são assim, interrompem, não escutam (depoimentos do Diário de Campo).

E agora estamos aí, eu não tenho vício nenhum, eu vivo uma vida normal, eu tenho um sonho, eu preservo muito a minha vida, eu estou esperando que as coisas na minha vida melhorem (Tim Maia).

No entanto, muitas vezes, pela forma como vivem, as afetividades são negadas, como demonstra a Psicóloga que atua na área:

Dar pão, água, banho, café e está ótimo, qualquer movimento além disso, é um esforço que alguns profissionais não querem fazer: “nossa eles já têm tudo, café e banho, o que mais precisam, o que mais eles querem?”. Mas é uma coisa que vai muito além! (Rita, Psicóloga – ONG).

É importante ressaltar que o fato de as pessoas estarem abrigadas nos pavilhões da festa da uva/rua, pode ter influenciado os afetos mencionados. O que se sabe, é que anteriormente a pandemia, a pop rua em Caxias já sofria com ausências e desamparo.

Por exemplo, a formulação de políticas públicas passou por diferentes interesses dos governos; no entanto, a parte mais interessada na formulação de políticas públicas é quem delas necessita, cujas verdadeiras necessidades e demandas deveriam ser escutadas, não o são (Resende; Mendonça, 2019).

A questão dos interesses por trás da formulação de políticas públicas e das doações é mencionada também por um interlocutor, no diário de campo: *“Existem questões políticas e interesses por trás das pessoas de rua, essas doações as arrecadações, tem interesse, é tudo político quando tratam com a gente”* (depoimentos do Diário de Campo).

Essa visão negativa sobre as políticas públicas são geradoras do **padecimento do corpo e da alma**. Os maus encontros vivenciados dentro das ações promovidas pelas políticas públicas contribuem para a passividade, porque entrelaçado às paixões tristes, mantêm a inércia dos sujeitos. Nesse ponto, instaura-se um sofrimento ético-político e um dilema: se por um lado o segmento social sofre por não serem escutados, invisibilizados nos seus desejos e vontades; por outro, são extremante visíveis e pautados, quando se fala em interesses políticos e em uma estrutura social que se alimenta de uma inclusão perversa que desumaniza a pop rua (Resende; Ramalho, 2017).

Os discursos banalizados distorcem os fatos ou filiam-se diretamente às perspectivas preconceituosas, influenciando a maneira como se percebe e se reage à precarização da vida nas cidades. Em geral, as distorções ocorrem por relações de poder enraizadas, contribuindo para a reprodução discursiva da desigualdade social (Resende; Mendonça, 2019, p. 8).

As pessoas em situação de rua são as detentoras de um saber, do conhecimento vivencial, e são quem pode realmente dizer quais suas verdadeiras demandas. Contudo, muitas vezes são silenciadas na hora de avaliar as políticas disponíveis e as ações públicas executadas (Resende; Mendonça, 2019). Inclusive, sobre quais ações seriam adequadas na pandemia, que vão ao encontro de suas realidades. Os relatos da enfermeira que estava realizando os atendimentos na unidade provisória durante a pandemia ilustram essa realidade:

A gente veio para cá, logo no início, no final de março. A ideia que se tinha inicial, era na verdade muito relacionada à questão do Corona: era proteger, verificando os cuidados necessários, a gente veio com essa coisa fechada. Chegando aqui e com o passar dos dias, a gente foi vendo que a necessidade dos cuidados era maior e mais complexa (Marisa, Enfermeira – Pavilhões da Festa da Rua).

A gente sabe também que no início eram muitas dores..., chegavam ali dor de cabeça, dor no braço, dor de barriga, então usava-se a dipirona o paracetamol, era quase que uma redução de danos. Porque a dor era outro tipo de dor, era a dor da tensão (Marisa, Enfermeira – Pavilhões da Festa da Rua).

Conforme a fala da enfermeira, é possível perceber que durante as ações na pandemia, as afetações foram muitas, as preocupações foram além das questões biológicas e das condições materiais. A dor da tensão evidencia que a saúde é mais do que bem-estar físico e garantias das necessidades básicas. O isolamento social e o distanciamento afetaram as vidas das pessoas em situação de rua como afetaram todas as vidas! Suas vidas também foram paralisadas, seus territórios e relativa liberdade de escolha também foram interrompidos. A tensão é atrelada a uma afetação triste, que contribui para a inércia do corpo e da alma do sujeito. Portanto, o sofrimento ético-político aponta as necessidades afetivas e emocionais das pessoas em processos de exclusão, que seguem tão relevantes como para qualquer pessoa que tenha seus direitos básicos garantidos. As necessidades são vivenciadas ao mesmo tempo, entrelaçadas, e não em formato piramidal vertical como é (erroneamente) interpretada a pirâmide de Maslow sobre as necessidades e motivações humanas.

Quando a enfermeira ressalta que as dores não eram somente físicas, mas na alma, reconhece que a luta pela sobrevivência não se esgota na dimensão biológica. As necessidades e desejos são complexos e são eles que fazem parte da humanidade existente dentro de cada um(a). É esse impulso de conservação da vida que expande as possibilidades e humaniza os sujeitos; a alegria, a felicidade e a liberdade são necessidades tão fundamentais quanto as necessidades básicas de alimentação, abrigo e reprodução (Sawaia, 2003).

Em relação à dimensão de **desrespeito**, apareceram algumas situações preconceituosas sobre as condições do viver nas ruas. Elas são causadoras de eventuais sentimentos de constrangimento, de humilhação, de desumanização e de rebaixamento social. A situação de rua ainda é vista por muitos profissionais da atenção como inapropriada e inaceitável, representando o estar *abaixo* de uma condição humana digna e de valor, conforme destacado em alguns depoimentos:

As pessoas tem um jeito de falar com a gente, do tipo, "você é um pobre, você é um inferior, sua realidade é uma merda". Ficam olhando para gente como se fossemos pobrezinhas. Pobrezinha o que precisa? Isso é tão difícil para mim lidar (Pitty).

Aqui dentro você não é nada, porque se você tivesse valorizado tudo que teve, você não estaria aqui hoje. Se estamos aqui hoje cometemos erros, confiamos em pessoas erradas e tivemos algumas escolhas erradas (Seu Jorge).

Tem pessoas que chegam aqui e não deixam nem a gente falar, tem pessoas que são assim, nos interrompem (Milton).

Essas concepções foram sendo construídas ao longo do tempo, tendo seu revés a partir das "faltas". A pop rua foi estigmatizada pela falta de crença, pela falta de comida, pela falta de trabalho, pela falta de domicílio, pela falta de família (Cunda; Silva, 2020). A partir disso, uma série de estereótipos se formaram em torno do habitante das ruas. Assim a normativa urbana dissemina que a rua e quem nela vive representam um lugar de desordem e perigos (Cunda; Silva, 2020).

As falas dos profissionais mostram como o preconceito e a ausência de conhecimento ainda estão presentes na sociedade, quando se trata das pessoas em situação de rua:

Familiares meus me olhavam com esse olhar, porque eu estava à frente desse projeto, as pessoas me diziam: "você vai lá atender mendigos? como assim? o que vocês fazem?" até na sociedade a gente presenciava vários

preconceitos de estar lá fazendo esses atendimentos (Caetano, Médico – ONG).

Outra coisa interessante é que a gente exclui, eles sofrem com esse sentimento mas eles mesmos acabam reforçando isso também, porque eles se colocam nesse lugar, eles tomam pra si essa invisibilidade, essa estigmatização. Eles também não se expõem, talvez seja um mecanismo de defesa, um meio de proteger e sobreviver..., é complexo, eles também se enxergam como inferiores. Às vezes eu passo por eles e baixam a cabeça; as vezes, tu encaminha para atendimento e ele volta para a rua, ele te diz depois que não conseguiu ficar, que não consegue me olhar no olho, parece vergonha. São inúmeras questões (Rita, Psicóloga – ONG).

São comuns os sentimentos de insegurança em decorrências de violências, de algumas experiências repressivas: “*Eu me coloco aqui no meu lugar de pequeninho*” (Cazuza). O médico responsável pela ONG falou sobre suas dificuldades de encontrar parceiros que o apoiassem, e como as questões da insegurança e do medo foram sendo amenizadas ao longo da construção de um vínculo mais forte:

Tanto que no começo, ao construir a ONG, nós tivemos também que ir conquistando os parceiros; até na Universidade, hoje nós temos muitas parcerias, mas depois de muitas reuniões e conversas. No começo foi muito difícil, tinha muita resistência, as experiências no começo do projeto; eles estavam envergonhados, como era algo novo, e eles nunca tinham ouvido falar, eles iam até o atendimento, alguns só, outros não iam porque achavam que a gente iria internar eles, ou ia mandá-los para os hospitais (Caetano, Médico – ONG).

O contato e o vínculo entre sujeito e mundo externo afetam o corpo e a alma. Nesse caso, percebe-se que os afetos passivos gerados pela censura do olhar das pessoas e o desamparo sentido, assim como os diferentes desrespeitos aos direitos humanos, fazem parte da vida da pop rua e “alimentam” a alma com afetos tristes, de insegurança, incerteza, medo da violência e de ser internado (Nunes; Esmeraldo Filho, 2020). Em decorrência da solidão e da falta de empatia da sociedade,

a experiência é marcada pelo padecimento e inatividade, que são consequências da baixa potência de ação causada pelo sofrimento ético-político (Sawaia, 2014; Nunes; Esmeraldo Filho, 2020). Destaca-se também que o sentimento de desconfiança por parte da população se torna uma forma de se colocar como mais forte e resistente a todo sofrimento sentido.

A falta de empatia e a desumanização da POP RUA foram encontradas nos serviços públicos consultados nesta pesquisa. Muitos foram os relatos dos profissionais que trabalham nos serviços, sobre o descaso dos serviços ofertados, e como a POP RUA relata serem as instituições “ambientes frios e burocráticos”.

“Ultimamente eu estou vendo muita burocracia aqui dentro” (Pitty). “Falaram que reformaram esse espaço para nos receber, mas olha esse mau acabamento aqui... eu trabalhei anos na construção civil, poderia ter feito melhor que isso” (depoimentos do Diário de Campo). As falas representam um sistema mal cuidado, que não leva conta os afetos e as emoções ali experimentados, que não cria espaços acolhedores. Alguns profissionais também sentem a mesma dificuldade em realizar suas atividades artísticas com os sujeitos:

Aquela coisa pronta, fria, que seria um espaço de socialização, porque o outro está ali, poxa, onde qualquer um pode cair, e como tu olha para o outro, esse olhar, de repente de se colocar nessa posição do outro. O pop rua não tem esse espaço, tipo a minha intervenção é feita no corredor, corredor esse onde eles se aglomeram e ali nós ficamos (Gilberto Gil, Musicoterapeuta – Centro POP).

Não tem mediação dos funcionários públicos, não sei se é porque ficam muitos surpreendidos, ou porque não acreditam na arte, ou não dominam (Gilberto Gil, Musicoterapeuta – Centro POP).

O relato do musicoterapeuta do Centro Pop retrata as dificuldades de se estabelecer um espaço adequado e humanizado para realizar suas intervenções. Nota-se uma desvalorização de espaços coletivos e criativos

para o atendimento da pop rua. Como os afetos são gerados nos encontros com o outro, o caminho da recuperação da afetividade não está individualização, baseada apenas no auto esforço, mas sim na coletividade mediada por afetos positivos (Sawaia, 2003). Desse modo, as atividades artísticas podem se tornar um espaço de bons encontros, favorecendo a potência de aprendizagem e a aquisição de habilidades requeridas pelo desenvolvimento individual e de expansão dos seres (Sawaia, 2003).

Os espaços coletivos poderiam ser baseados nas relações que permitem o reconhecimento, as expressões de carinho, de compaixão e de ter alguém para confiar. Negar ou menosprezar isso é negar a humanidade e banalizar o sofrimento do outro, pois são eventualmente vistos sem essas necessidades “elevadas”, estão presos apenas à sobrevivência biológica, sem direito a “sutilezas emocionais”, como desfrutar de espaços coletivos agradáveis e bonitos. Arte, cultura e lazer seriam para eles dimensões supérfluas (Sawaia, 2003).

Os maus encontros e as situações negativas geram as paixões tristes, produzem sentimentos de autodesvalorização, inferiorização e desumanização, afetos que diminuem a potência de ação e depauperam a vida. Conforme Gonçalves Filho (1998) a humilhação social é o efeito das desigualdades de classes, e por isso não se atrela somente ao campo psicológico, mas também ao político. A humilhação traz às pessoas em condição de pobreza uma mensagem de inferiorização, sendo “frequentemente sentida como uma realidade iminente, sempre a espreitar-lhes, onde quer que estejam, com quem quer que estejam” (Gonçalves Filho, 1998, p. 63). As consequências das humilhações são a destruição do autorrespeito, vergonha e sentimento de revolta (Gonçalves Filho, 1998; De Alencar; La Taille, 2007).

Como exemplo, Tim Maia, que ficou sem trabalho e sem remuneração, relata:

Eu cheguei em Caxias e estou aqui hoje, porque eu estava na colheita de maçã em Vacaria, mas com a pandemia ficamos sem o trabalho. O Patrão demitiu todos os trabalhadores e prometeu pagar pelo trabalho, mas esse dinheiro nunca veio, nunca pagou (Tim Maia).

Conforme verificado em diversas pesquisas, existem muitas pessoas em situação de rua trabalhando no mercado informal, sem registro na Carteira de Trabalho e em uma profissão formalmente reconhecida (Magni; Gunther, 2014; Kunz *et al.*, 2014). A Psicóloga que participou da pesquisa fez uma observação sobre o assunto: “Qual é o espaço da população de rua, é puxar carrinho e catar material reciclável? É onde as pessoas colocam eles. Fica muito restrito para eles”.

O contexto de indivíduos sendo expostos a condições extremamente precárias, sem renda fixa e sem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, caracteriza uma relação trabalhista de semiescavidão, conforme apontam Kunz *et al.* (2014).

A questão do uso das drogas também é uma temática discutida na literatura, uma vez que a dependência química é um dos fatores que passa ser tanto a causa quanto a consequência da situação de rua. A relação estabelecida se apresenta como uma codependência, pois quando se chega as ruas, o uso das drogas se torna uma necessidade para conseguir viver o contexto. Sob esse aspecto:

E também nós abordamos a questão do uso de droga, a gente quais são os pacientes que realmente têm aquele desejo, aquela motivação para sair das drogas, sempre abordamos e ao mesmo tempo que aqueles pacientes que não tem desejo a gente conversa em como está sendo esse uso, também se é algo injetável, se é o uso de crack... sendo dependentes, nós orientamos em como eles podem se cuidar mesmo sendo usuários, tem que ter muito cuidado com a saúde; por exemplo, aqui em

Caxias, nós escutamos deles que eles usam bombril para o uso do crack e queimar mais rápido, então a gente aborda que isso tem malefícios, e as substâncias que eles usam junto (Caetano, Médico – ONG).

Tipo, a minha intervenção é feita no corredor, corredor esse onde eles se aglomeram e ali nós ficamos, eles contam de onde vêm, para onde vão, como foi a noite durante a madrugada..., contam sobre alguns episódios, episódios tipo “hoje eu comi, hoje eu não usei droga, hoje eu decidi seguir outro caminho, procurar emprego”..., e outros falando que “ah essa noite eu me droguei”, “eu roubei”, “eu briguei” (Gilberto Gil, Musicoterapeuta – Centro POP).

O estudo de Saldanha (2011) ressalta que o uso contínuo das drogas, que no início produziam prazer e alívio, vai com a dependência causando afetos tristes, de perda de autonomia do corpo e da vontade. Ao mesmo tempo em que o uso da droga é utilizado para a superação do sofrimento ético-político, ela acaba por reproduzir esse sofrimento. As observações feitas no diário de campo identificaram relatos dos profissionais e da própria pop rua sobre pessoas que optaram por não ficar nos Pavilhões da Rua porque tinham sua rotina já estabelecida, até pelo uso de drogas.

Tem pessoas que estão na rua e gostam de ficar por causa da vida mesmo, das drogas principalmente. Tenho um exemplo, a prefeitura abriu umas vagas para nós, de emprego; mas daí uns lá, foram nos primeiros dias, e depois estavam na rua, por causa da abstinência, da falta da droga, não aguentaram. Mas também têm pessoas que pararam aqui dentro, “eu quero ficar aqui porque é melhor do que estar lá fora” (depoimentos do Diário de Campo).

As coisas estão ficando organizadas aos poucos. Alguns atricos, abstinência, o corpo sacode com a falta da droga. Momentos confusos. A dificuldade de controlar a abstinência atormenta o cérebro. A sensação de vazio as vezes é incontrolável (Milton).

Embora o modelo de redução de danos seja o mais indicado, ainda algumas ações por parte das Políticas Públicas são posicionadas pelo viés do proibicionismo puro e simples (Marchetti; Saeki, 2019). Ao chegar nos

pavilhões, os sujeitos tinham seus pertences e objetos pessoais recolhidos e guardados e o uso de drogas foi proibido. Essa questão se torna bastante emblemática para compreender como são construídas as ações de cuidado à inclusão social. Nesses casos, pode-se notar grande dificuldade por parte dos sujeitos de lidar com o objetivo imposto, a abstinência. Novamente são colocados em uma inclusão perversa, que não inclui outras facetas igualmente importantes relacionadas ao consumo de drogas e a ausência do tratamento que a dependência exigiria (Marchetti; Saeki, 2019).

Em alguns momentos são vivenciados sentimentos de tensão, desconfiança e insegurança. Outros sentimentos muito citados foram a culpa, a vergonha e o não merecimento. Esses afetos podem ser identificados claramente nas falas dos entrevistados:

Aqui dentro você não é nada, porque se eu tivesse valorizado tudo que eu tive, não estaria aqui hoje. Se estamos aqui hoje cometemos erros, confiamos em pessoas erradas, tivemos escolhas erradas (Tim Maia).

Eu me lembro de uma fala dela que foi muito foda, fez uma pergunta assim para a galera: “o que vocês sentem quando passam por uma casa e tem uma família feliz, com um carro na garagem?” (Pitty).

Às vezes eu passo por alguns conhecidos (pessoas em situação de rua), que baixam a cabeça, às vezes, tu encaminha para atendimento, para a passagem e ele volta para a rua, te dizer que não conseguiu ficar, e não consegue me olhar no olho, parece vergonha (Rita, Psicóloga – ONG).

E eles sempre com o discurso “nossa vocês estão aqui ajudando a gente”, não sei o que, mas né, “como se eles não merecessem”. Nas próprias falas deles, eles reforçam que não merecem ser vistos, cuidados, tem algo que eles falam muito, usam muito que é “eu não mereço o cuidado, porque não sei aproveitar”, é algo tão disseminado que começa fazer parte do que eles são (Rita, Psicóloga – ONG).

Nos exemplos, percebe-se que a partir de suas vivências, algumas situações foram gerando a autopolpabilização, vergonha, e o sentimento de não

merecimento de ser cuidado e respeitado como ser humano. A autculpabilização é um afeto que diminui a potência de ação, os indivíduos passam a ser tomados por paixões tristes, resultando em padecimento e submissão (Nunes; Filho, 2020). Esses sentimentos foram identificados em todas as conversas e no diário de campo. São culpas por estar naquela situação, como se tivessem permitido estar ali, seja pelo vício por drogas, por envolver-se com más companhias, fazer escolhas erradas ou por não ter valorizado o que tinha, especialmente a família (Nunes; Filho, 2020).

Os resultados obtidos também estão coerentes com as discussões de Rodrigues, Lima e Holanda (2018), que identificaram que a culpa nas pessoas em situação de rua parte do sentimento de inferiorização, reforçada pela lógica moralista e proibicionista em relação ao uso de drogas. A autculpabilização também está ligada à naturalização da pobreza e da desigualdade social. O sistema capitalista compreende a pobreza como disfunção, desajuste ou déficit educacional e falta de capacidade dos próprios indivíduos, contribuindo fortemente para a sua culpabilização, responsabilizando-os pelas próprias condições (Siqueira, 2011).

Os relatos salientam que o processo de autculpabilização ignora os condicionamentos socioeconômicos, históricos e políticos da pobreza e da desigualdade social, que são vistas como características “naturais” da sociedade (Fiorati *et al.*, 2016; Sawaia, 2014).

Ao analisar a exclusão a partir desse viés, propõe-se incorporar na busca da inclusão os afetos que proporcionam a felicidade e a liberdade. Trabalhar na perspectiva dos afetos é agir sobre as formas de poder que reforçam as desigualdades. É necessário fomentar espaços em que seja possível a exposição das emoções, a construção de relações coletivas, de solida-

riedade que gera sentimentos de pertencimento, gera reconhecimento.

4.3 Os afetos potentes vivenciados pela população em situação de rua

A arte de viver em situação de rua [...]. É a arte de surpreender com sua vida nômade, sem espaços estriados, sem vidros, tijolos, paredes, sem cama, sem teto. É a arte de viver nas veias abertas da cidade, onde tudo é trânsito, passagem, fluxo. Arte de fazer arte dos artesãos de rua, que transformam o descartável em matéria-prima para o seu ofício; a arte de “fazer de tudo” como forma de ganhar a vida – fazer capinagem, descarregar caminhões e dejetos da construção civil, vigiar carros – a arte de fazer arte como resistência política ativa, onde a vivência na rua se torna um vetor de corte nessa passagem. Criando formas de viver em situação de rua como expressão dos processos de subjetivação em saúde mental (Félix-Silva; Sales; Soares, 2016, p. 48).

Apesar dos pesares, estar em situação de rua não é apenas vivência de padecimento e servidão. Durante nossos encontros, a rua mostrou-se como um espaço que reflete a multiplicidade do mundo. Os depoimentos apontaram, também, para a possibilidade de re-existências de modos de viver, de pessoas que mesmo sujeitadas às vulnerabilidades, se transformam a partir dos relacionamentos com outros dispositivos (Félix-Silva; Sales; Soares, 2016). Diante disso, um dos ganhos da pesquisa foi questionar o que é felicidade e liberdade para quem vivencia a exclusão e quais os afetos que podem aumentar a potência do corpo.

O Tim Maia destacou esse aspecto em suas falas, quando colocou a felicidade como sinônimo de viver conforme seus sonhos e desejos:

A felicidade tem um conceito muito amplo, porque cada um tem um desejo de ser alguma coisa, a minha mãe uma vez me disse, e foi algo que me despertou: eu tenho uma casa, mas me sinto vazia. Eu olhei para ela e disse que uma pessoa só vive completa, quando vive conforme

seus sonhos. Eu quero chegar nos Estados Unidos ainda
(Tim Maia).

Viver impulsionado pelos seus próprios desejos e sonhos deveria ser uma das principais fontes de autonomia dos seres humanos, como sugere a leitura de Sawaia e Chauí, baseadas em Espinosa. A força que vem dos desejos não é apenas uma força para se manter vivo, mas expande o corpo e a mente na busca por felicidade, por aquilo que se acredita e se sonha, necessidades tão fundamentais à existência humana como os alimentos, os abrigos e a reprodução biológica (Sawaia, 2009). No caso da pop rua, essa liberdade de escolha muitas vezes é negada, ou seja, os desejos são excluídos como alternativa possível ou legítima. Para Sawaia (2009) a falta do direito de escolher pode ser tão geradora de sofrimento quanto a falta de moradia.

Nas vivências nas ruas alguns encontros com o outro aumentaram a potência de ação, mesmo diante de muitos obstáculos; como diz Paul Virilio (2011), nascer na dor do confronto.

Percebi que tinha muitas coisas para viver na rua, e uma das coisas que eu aprendi foi ter mais humanidade
(Cazuza).

É, eu não sou tímido, eu sou baiano, então sou mais extrovertido. A nossa vida praiana... em Salvador é tudo mar, é isso que me traz essa melanina e resistência (risos)" (Seu Jorge).

Na pesquisa de Félix *et al.* (2016) enxerga-se o contexto de rua para além das estigmatizações que reduzem a população à mendicância e à indigência. As vivências são retratadas como uma verdadeira arte, de surpreender com a vida nômade, sem espaços restritos, tijolos, paredes, cama e teto. É o andar pelas cidades, pelo trânsito; é movimento e passagem de existências. O autor se refere à pop rua como *artesãos*, que transformam o descartável em matéria-prima, a arte de "fazer de tudo" como forma de ganhar a vida: capi-

nagem, reciclagem, descarregar caminhões e dejetos da construção civil, vigiar carros. Estabelece-se assim, a arte de resistência política ativa, criando formas de viver em situação de rua como expressão dos processos de subjetivação (Félix *et al.*, 2016).

Durante as inserções no campo de pesquisa, uma oficina de música ofertada dentro do Centro POP se mostrou um espaço dialógico potente, de cuidado e acolhimento das expressões de modos de vidas. O efeito foi positivo mesmo para aqueles que não sabem ou não querem se envolver na produção artística (Arndt; Maheiri, 2020; Matraca; Araújo Jorge, 2015). Como um importante informante, o Musicoterapeuta auxiliou na construção de vínculo entre pesquisadora e demais participantes.

Figura 1 – Moradores de rua de Caxias do Sul vão desfilam no bloco do Centro Pop na sexta



Fonte: Jornal Pioneiro, 2018 (editada pelas autoras).

A oficina, além de ser um espaço de ensino-aprendizagem sobre música, também transforma material reciclável em instrumentos musicais. Foi observado que os participantes conforme interagem uns com os outros, expressavam suas afetividades. Essas expressões foram sendo manifestadas entre as trocas sociais e afetivas, repertório de canções, melodias, ritmos e gêneros musicais, estratégia de transformação da tessitura socioafetiva (Arndt; Maheiri, 2020; Matraca; Araújo Jorge, 2015). Durante esse momento eles falaram sobre suas queixas, as vivências nas ruas e suas histórias de vida.

Imagem 1 – Grupo de Musicoterapia



Fonte: Registrada pela primeira autora, 2022.

Estrutura-se nesses momentos um ambiente para manifestação das afetividades e de transformação da realidade (Pereira; Sawaia, 2020). Enquanto conversávamos, era possível sentir a emoção que transbordava nos relatos do musicoterapeuta ao falar sobre a história e suas as motivações para esse trabalho:

Então, meu trabalho no pop rua, já faz 4 anos, eu sempre estive envolvido com as questões corporais e da música, eu vim também de uma comunidade quilombola que trabalha muito isso. Sempre tive a música como meio de

comunicação. Eu iniciei trabalhando aqui em Caxias, no Sesc, depois o meu trabalho ficou conhecido e o Centro Pop entrou em contato comigo para que eu fosse fazer um trabalho no Carnaval com a população de rua. Mas depois eu continuei, escrevi um projeto dizendo da importância, encaminhei para a prefeitura. Hoje realizamos esse grupo lá, que é uma musicoterapia (Gilberto Gil, Musicoterapeuta – Centro POP).

Imagem 2 – Instrumentos de material reciclável



Fonte: Registrada pela primeira autora, 2022.

Na medida em que o material é transformado em instrumento musical, o lixo antes visto como algo “renegado”, “desagradável”, assim como as marcas do olhar social que estigmatiza os sujeitos relacionando-os à sujeira, ganha novos significados, dando visibilidade à população em situação de rua. Esses relacionamen-

tos e a possibilidade de encontro com as suas próprias potencialidades produz rupturas e promove novos regimes de visibilidade e novas formas de convivência, bem como, o encontro com suas próprias qualidades, por meio das vozes que cantam e dos corpos que se manifestam coletivamente (Pereira; Sawaia, 2020).

Então eu me encontrei quando conheci esse projeto de música, ele tem uma vibe muito positiva, a gente se junta aqui e dá certo, quando eu olhei para ele: vou ficar por perto, porque algo vai dar certo, alguma coisa vai sair..., contagiou, sabe (Referindo-se à oficina de música) (Tim Maia).

Meu processo primordial é ir por eles, pelos usuários, de uma forma a criar uma rede, um "clã" que dialogue, e esse clã e diálogo é através da música, através da história do instrumento. Eu falo da onde eu venho, do que é o meu trabalho, falo do que a música me ofereceu e me proporcionou, e o que a música pode proporcionar (Gilberto Gil, Musicoterapeuta – Centro POP).

Os encontros também resgatam afetos desfeitos, que nutrem novas parcerias, geram novas formas de estar no mundo e aumentam os sentimentos de união, satisfação, alegria e pertencimento (Miura; Sawaia, 2013; Cabral; Júnior; Veronese, 2016).

As experiências da população de rua são marcadas por muitas dores que surgem a partir da exclusão, da opressão e de terem seus corpos negados. De tal modo, formas de se manifestar por meio da cultura e da arte transformam a rua em palco, uma vez que a arte auxilia na produção de relações sociais, abrangendo a pluralidade e a heterogeneidade indissociáveis da vida em sociedade (Delfin; Almeida; Imbrizi, 2017).

Eu vou então com esse método, como artista e com esse politizar referências, dentro de um poder negro, como cidadão e vou com esses conceitos. Até então nunca houve espaço para eu expor, essa intensidade e aptidão para a arte. É falar através do corpo, dos gestos, da arte, da música. Formas de ouvir os ruídos, através do material reciclável. Ruídos das panelas, das latas, dos tambores, e sacolas (Gilberto Gil, Musicoterapeuta – Centro POP).

A partir desse relato sobre sua história, o músico assume um papel político junto à pop rua, reivindicando pelo protagonismo e pela representatividade, arte como mediadora dos bons encontros. Pensando nas relações racializadas no Brasil, a representatividade negra em todos os espaços de criação e veiculação de arte e cultura, forma modos de resistência ao poder que segrega corpos por décadas. A militância ligada às manifestações populares fortalece a construção identitária, o pertencimento racial e a militância política. Ter consciência política movimenta os corpos para ecoar vozes, canções e ações. Compreender estilos, produções corporais, vestimentas, preferências estéticas, modos de falar e de agir, transforma pessoas em atores sociais por meio de um processo de ampliação da heterogeneidade e da diferença, abrangendo a diversidade humana relacionadas à etnia, cor/raça, gênero, sexualidade, religião, geração e classe social (Simões; Giumbelli, 2010).

É um trabalho que é desenvolvido, é através da minha fala, através da forma como eu passo esses instrumentos. Onde eu chego, levo meu material, e entrego as "paquetinhas". A forma como eu falo também, essa fala que vem da noite, vem da minha trajetória... "e aí negão, passa um 1 real!" Tu sabe, tu entende... Eles se identificam comigo (Gilberto Gil, Musicoterapeuta - Centro POP).

Ao verem no instrutor de música um homem negro, a identificação ficava facilitada pelo sentimento de que ele poderia ser "um de nós", e nós poderíamos ser "como ele". Uma consciência de si positiva. Ter consciência/sentimento é a forma como encontramos a potência de agir, agir a partir dos encontros com o outro, que estão comprometidos socialmente, não por obrigação e sim pela própria ontologia do ser que se é. São os afetos que derrubam os muros e unem os esforços. A união de corpos e mentes constitui o sujeito político coletivo, em que o desejo de resistência nasce

do sentimento de indignação, passando para o direito de derrubar aquilo que oprime e invisibiliza corpos. Só se consegue lutar quando se é afetado pela percepção de amizade e generosidade vindas dos bons encontros, que faz o sujeito querer transformar a sua relação com o mundo (Sawaia, 2009).

As mudanças e o sofrimento causado pela pandemia alteraram o cotidiano de todo o mundo. Para a população em situação de rua, não foi diferente, seus espaços ficaram restritos, o tempo e as relações sociais foram alterados. Ao se verem isolados dentro dos Pavilhões da Festa da Rua, a necessidade de acolhimento e amparo foram sendo sentidos e anunciados, tendo os profissionais conseguido, em alguns casos, ampliar os cuidados.

Em saúde o cuidado é algo muito mais amplo..., o Coronavírus sim, se tem esse olhar, olhando os sintomas e tais, eu acho que muitos que estiveram aqui e ainda estão..., mas aproveitam esse momento da saúde em geral, então puxa lá a questão com os cuidados dentários. Houve muitos encaminhamentos para dentistas..., outras dores, como indisposição, dor de cabeça, mandei pro ambulatório de infectologista, a gente conseguiu ampliar o cuidado de saúde. Vieram as meninas também, as Psicólogas do centro pop, do pop rua, e teve o pessoal da cruz vermelha (Marisa, Enfermeira – Pavilhões da Festa da Rua).

É as vezes tem esses momentos, as vezes estamos em momentos mais assim, as vezes a gente procura também, as vezes eu jogo capoeira, ele faz o malabares dele, as vezes eu vou lá fora medir a pressão, só para dar um tempo mesmo, tirar onda. Porque eu não tenho nada para fazer (risos) (Seu Jorge).

Um artista de rua encontrou na sua arte um reconhecimento e uma forma de lutar por dignidade. Dentro do abrigo provisório, ele e um amigo estimularam a construção de um “laboratório da arte” (como eles nomearam), que consiste em um espaço de práticas grupais para ensinar pinturas em tela e esculturas com troncos de árvores reutilizáveis, para os demais

abrigados no local. Esse espaço se tornou uma fonte de potência e expressão de sentimentos.

O laboratório da arte mostra as nossas atividades dentro da arte, estamos envolvidos na arte, nós vamos ter apoio e financiamento agora, é e uma forma que temos de mostrar nossa função. Não somos vagabundos, não somos bandidos, nós estamos aqui para mudar, e vamos melhorar e mudar com toda força que Deus nos deu, as pessoas pensam que não somos ninguém, a arte é cultura, é o nosso trabalho e precisamos ser valorizados, nós estamos aqui para mudar, nós somos alguém (depoimentos do Diário de Campo).

Imagem 3 – Árvore dos sonhos



Fonte: Registrada pela primeira autora, 2022.

Imagem 4 – Escultura “Medo e tristeza na Pandemia”



Fonte: Registrada pela primeira autora, 2022.

O espaço da arte durante o isolamento social nos pavilhões foi outra estratégia para mostrar o quanto necessitavam de valorização, bem como um recurso potente para a expressão dos sentimentos e das emoções que o momento impôs. Esses afetos foram expressos nas esculturas, sentidos como as sensações de insegurança, de medo, o desamparo e o desalento (Carvalho, 2020). Essas atividades estimularam a criatividade e à busca de felicidade, demonstrando que as artes podem ser potentes transforma-dores. Sawaia destaca que:

Somente quando os limites impostos ao corpo forem sentidos como afetos tristes e sua expansão for sentida como alegria, somente quando a ignorância for experimentada como tristeza e pensar livre como alegria, das paixões passa-se à ação. A alegria e a criatividade potencializam a força do nosso corpo e da nossa mente para não capitularmos ante as tragédias que a desigualdade social nos reserva, bem como para mantermos aceso nosso desejo de nos organizarmos em mil diferentes níveis coletivos para resistir ao mal. Potencializam, ainda, nossa sensibilidade de nos ale-

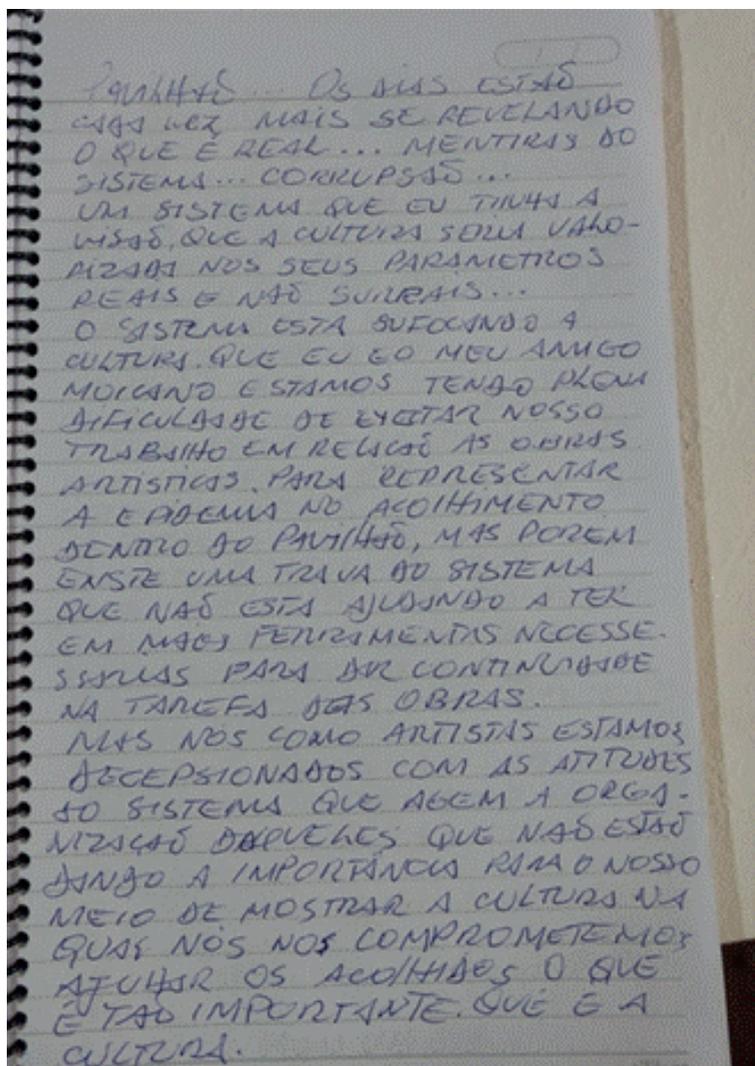
gramos com nossa descomoditização e nos indignarmos com a desigualdade social (Sawaia, 2009, p. 370).

O artesão/artista ainda fala sobre o que é para ele se ver como artista e sobre seu desejo de resistir ao poder, resistência que nasce de um sentimento de indignação e se transforma em um direito de derrubar a força. A forma como ele se coloca a ensinar os outros, pode ser entendida como um ato de generosidade e solidariedade, vindas a partir de relacionamentos de amizades, que aumentam a potência de agir coletivamente (Tittoni; Tietboehl, 2020).

Ser artista é ser meio psicólogo, psicanalista..., eu expreso o que eu sinto. Estou escrevendo um livro, um diário dos dias passados nos pavilhões. Mas sabe, tenho que ter cuidado porque lá eu falo algumas coisas que podem ser difíceis. Falo do sistema, falo da minha sobrevivência. Eu estou sobrevivendo, todos estamos (Milton).

Posteriormente, a foto do seu diário retrata o sentimento de indignação (foto tirada com permissão). Demonstra o quanto estas vidas resistem..., mesmo fragilizadas, teimam em resistir (Félix *et al.*, 2016). Resistências, muitas vezes, doloridas e ao mesmo tempo criativas, cheias de esperança (Castells, 2013; Tittoni; Tietboehl, 2020).

Imagem 5 – “Diário do Artesão na Pandemia”



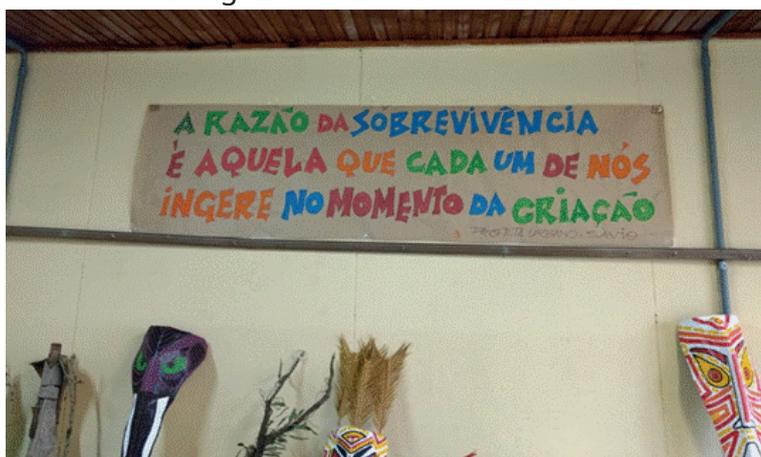
29/04/2020 ... Os dias estão
cada vez mais se revelando
o que é real... mentiras do
sistema... corrupções...
um sistema que eu tinha a
visão que a cultura seria valor-
izada nos seus parâmetros
reais e não surreais...
o sistema está sufocando a
cultura que eu e o meu amigo
moicano estamos tendo plena
dificuldade de executar nosso
trabalho em relação as obras
artísticas, para representar
a epidemia no acolhimento
dentro do pavilhão, mas porém
existe uma trava do sistema
que não está ajudando a ter
em mãos ferramentas neces-
sárias para dar continuidade
na tarefa das obras.
mas nós como artistas estamos
recepcionados com as atitudes
do sistema que agem a orga-
nização através que não estão
dando a importância para o nosso
meio de mostrar a cultura na
qual nós nos comprometemos
ajudar os acolhidos o que
é tão importante que é a
cultura.

Fonte: Registrada pela primeira autora, 2022.

Os dias estão cada vez mais se revelando o que é real mentiras do sistema... corrupções. Um sistema que eu tinha a visão que a cultura seria valorizada nos meus pensamentos reais e não surreais. O sistema está sufo-

cando a cultura. Que eu meu amigo Moicano estamos tendo a plena dificuldade de executar nosso trabalho em relação as obras artísticas. Para representar a epidemia no acolhimento dentro do pavilhão, mas porém existe uma trava do sistema que não está ajudando a ter em mãos as ferramentas necessárias para dar continuidade na tarefa das obras; mas nós como artistas estamos decepcionados com as atitudes do sistema que agem a organização daqueles que não estão dando a importância para o nosso meio de mostrar a cultura na qual nós nos comprometemos ajudar os acolhidos o que é tão importante. Que é a cultura (Milton).

Imagem 6 – “Escrita do artesão”



Fonte: Registrada pela primeira autora, 2022.

A sensibilidade do artista demonstrava sua força e seu desejo de não se enquadrar a um modelo normativo imposto, mas sim, encarar a vida como uma forma de experimentação de outras possibilidades, a partir das construções afetivas no encontro com o outro (Tittoni; Tietboehl, 2020). Seu desejo de ensinar e se expressar por meio da arte era o seu poder sobre a vida – biopoder – responde o poder da vida – biopotência. As pessoas que parecem completamente submetidos à axiomática do capital, ou reduzidos à passividade, a vida aparece como fonte de valor, como potência viva

que extrapola as economias de poder que pensavam controlá-la (Tittoni; Tietboehl, 2020).

As emoções, embora vividas no âmbito privado, se manifestam a partir de um processo relacional, sendo, por isso, ético-políticas, pois afetam quem se envolve nas interações que a mobilizam. Na medida em que se é afetado, também se é impelido, como uma possibilidade de cristalizar-se ou de produzir uma nova racionalidade, transformando a si e ao seu contexto (Pereira; Sawaia, 2020).

Algumas iniciativas da sociedade civil despontam nesse cenário como promissoras ao produzir encontros potentes e transformadores, que ampliam a visão de cuidado que envolve os desejos e necessidades de cada pessoa, como é o caso dos relatos sobre a ONG que participou desse estudo.

É possível ver também alguns avanços no âmbito das ações por parte do Estado, pois com muitos desafios, existem experiências intersetoriais e participativas.

Hoje nós já conseguimos encaminhar esses pacientes para o próprio ambulatório central da Universidade, é como se eles tivessem uma preferência, porque os pacientes que chegam até aqui, vem da UBS, com os médicos de rua nós conseguimos pular essa parte da UBS, nós passamos direto eles. Nós conseguimos fechar essa parceria e os próprios médicos se sensibilizaram com o projeto, eles normalmente tinham uma agenda fechada e agora muitas especialidades abriram uma consulta extra para quem passa pelos médicos de rua, eles abriram o projeto dando essas vagas a mais nos dias, eles encaixam esse paciente (Caetano, Médico - ONG).

É um projeto multidisciplinar, então todas as áreas da saúde realizam o atendimento, além disso, atendimento jurídico, tem o serviço social, e nós realizamos realmente um atendimento biopsicossocial. Um atendimento de carinho, um atendimento de atenção, atendimento de amor ao próximo (Caetano, Médico - ONG).

A partir dos resultados da pesquisa, observou-se que algumas relações entre população de rua, políticas

públicas, ONGs e partícipes da sociedade civil, podem ser baseadas na reciprocidade (Sabourin, 2011).

Eu fiz um atendimento de um chileno lá, já estava alguns anos aqui no Brasil e toda a experiência de vida dele..., foi sensacional, até no final do atendimento eu pedi um abraço, porque a troca foi muito significativa e emocionante para mim. Para mim, os médicos de rua me traz muito mais que uma vivência acadêmica, ele me traz uma vivência humana, trabalhar a empatia, o humanismo dentro de nós (Caetano, Médico – ONG).

Quando eu chego em uma aula minha, eu não crio expectativa. Eu penso “se ninguém quiser tocar hoje, eu toco”. Mas o meu objetivo é tirar aquele que está lá no fundo da sala, muitas vezes, envergonhado, ou as vezes não quer saber da aula naquele dia, porque não está bem ou brigou com alguém, o meu objetivo é que esse venha para frente comece a tocar (Gilberto Gil, Musicoterapeuta – Centro POP).

De fato, as relações demonstradas neste capítulo evidenciam trocas de saberes na arte, na música e na vida, a partir da ajuda mútua, fortalecendo os laços sociais, sentimentais e simbólicos. Diferenciam-se da troca mercantil porque não implicam uma retribuição imediata, mas sim, um reconhecimento da alteridade, das aptidões, e da valorização dos saberes locais (Sabourin, 2011).

Tem umas oficinas manuais, e quase todo mundo menciona, eu sei fazer isso, eu sei fazer aquilo. Hoje vamos fazer tal coisa, e o fulano vai ajudar, porque o fulano sabe..., nossa eles se sentiam muito valorizados (Rita, Psicóloga – ONG).

Nessa troca psicopedagógica, se constroem relações de reciprocidade simétricas, contribuindo para consciência de si mesmo num sentido de valorização positiva. Em ambas as oficinas e demais situações de aprendizagem mútua, estabelece-se a paridade entre as pessoas (Coudel; Sabourin, 2005), em relações de reciprocidade que geram afetos potentes, capazes de constituir justiça e contrapoderes transformadores,

mesmo que em nível microssocial, numa pequena revolução molecular, como diria Felix Guattari.

Sob a perspectiva da teoria da reciprocidade, diz-se que relações estruturadas na simetria entre os laços podem gerar afetos relacionados à amizade, justiça e responsabilidade, passando a existir uma possibilidade de melhorar as condições de existência dos sujeitos nela envolvidos (Temple, 1997). Espaços com práticas grupais produzem ressignificações de si, a partir das novas relações sociais. Organizar espaços grupais é reconhecer um espaço de potência de ação, em que os indivíduos sentem-se livres porque são escutados, cuidados e respeitados em suas singularidades. Assim, podem se identificar, se diferenciar, reconhecer sua história e condição humana fundamentalmente criadora (Pereira; Sawaia, 2020).

Outra importante relação observada é o laço afetivo com animais de estimação (Martins; Capelli; Bertanhe, 2017): "*Sim imagina que a gente tem uma filha, uma cachorrinha, lá está ela dormindo*" (Pitty). Conforme o relato da Pitty, a cadela adotada é um membro de sua família, fruto simbólico do seu relacionamento amoroso.

No diário de campo também foi possível registrar outro relato com teor semelhante: "É o meu filho, paguei 500 reais por ele. Tu quer tirar uma foto eu e ele... hoje eu estou arrumado, mas tira dele também!" (Diário de Campo). O encontro com o outro-cão, mesmo sendo diferente do relacionamento com outros humanos, pode ser olhado como um novo arranjo de relacionamento, associado a resistência às tristezas – dominação, exploração, miséria, destruição, violência, opressão – permitindo a percepção da amizade, lealdade e generosidade como algo útil (Chauí, 2003; Queiroz, 2010).

Uma pesquisa investigou as particularidades dos relacionamentos humano-canino em pessoas em situação de rua (Baltar; Garcia, 2019) e teve um achado interessante: a tendência à representação do cachorro como protetor, pelo contexto de vulnerabilidade ao qual estão suscetíveis (dá o alarme, defende); como companheiro de trabalho e como sinônimo da própria valorização, do poder sentir mais amor, carinho e lealdade (Baltar; Garcia, 2019). Também foram observadas por Queiroz (2010) afetações positivas vividas pelo membro humano do par homem-cão e os autores desses estudos discutem a necessidade de atenção especial às políticas públicas que regulamentam o acompanhamento de animais em abrigos ou em outros serviços de assistência (Baltar; Garcia, 2019).

Imagem 7 – Homem e o seu cão



Fonte: Registrada pela primeira autora, 2021.

Por fim, inacabado, já que pelo próprio movimento do campo da pesquisa, em que as vivências nas ruas têm seu fluxo contínuo, um afeto tomou conta da pesquisadora: o amor. Em meio à roda de música, escutando sobre suas vidas, sem perceber, estava simplesmente escutando uma história de amor: *“Nos conhecemos viajando, ele estava no Uruguai quando nos conhecemos. Ficou apaixonado por mim e pelo meu convite”* (Pitty).

Faz 4 meses, eu estava na beira do rio fazendo um treinamento de malabares e ela chegou, eu estava viajando de bicicleta na época, faz 4 meses, parece que faz um tempão (risos). Então ela chegou de bicicleta... eu olhei, eu vi, mas a gente não se falou. Mas quando chegou a noite, eu disse “boa noite!” e aí eu parei em frente a um minimercado, que lá no Uruguai se chama de quiosque, eu estava com um amigo que trabalhava comigo e a gente parou no mercado, compramos pão, maionese, presunto. Estávamos tomando nosso café da noite e ela chegou, e nos convidou para tomar uma cerveja (risos) (Cazuza).

Os relacionamentos nas ruas podem ser marcados tanto pela durabilidade quanto pela fluidez, retratando as configurações afetivas da contemporaneidade, em que sentimentos de cumplicidade, união, traição, erotismo, amor, entre outros, são reinventados e adquirem novos sentidos. O amor vivido pela pop rua expressa um sentimento marcado pelo movimento que leva o sujeito a encontrar o outro e a se vincular (Simmel, 2006). O amor, neste estudo, foi compreendido pela expressão das subjetividades e das possibilidades de re-existir nas ruas e de manter interações sociais, destacando o amor romântico como um campo possível das emoções, da idealização, do modelo de relação, das práticas culturais e das interações sociais.

O clima de namoro ficou no ar! O amor que continha nas palavras contadas pelo jovem casal resistia à força dos estigmas atrelados à população de rua, de que um ser em situação de rua é um ser abandonado, sem laços familiares e desamarrado de qualquer tipo de

vínculo. Aliás, todas as trocas afetivas entre eles, a sociedade e os profissionais envolvidos mostram que não há ausência de afeto, sejam eles positivos ou negativos. A ida para as ruas não é sinônimo de ruptura *total* com o universo doméstico; a vida das ruas desloca outros encontros possíveis e diferentes vias de vinculação, mesmo que muitas vezes sejam conflituosas e problemáticas (Da Silva, 2012). Há um fluxo de re-existências contínuas, de interações, afetividades, reciprocidades, conflitos, aproximações edistanciamentos relacionais (Cunha, 2017). Lembra a canção do Renato Russo (1989), que também embalou nossa roda de música:

Ainda que eu falasse a língua dos homens
E falasse a língua dos anjos
Sem amor, eu nada seria
É só o amor, é só o amor
Que conhece o que é verdade.

O que seríamos se não tivéssemos a capacidade de amar e ser amados? O encontro com o amor representou uma possibilidade de conexão, aumentando a pulsão de vida e como forma de trazer o sentimento de pertencimento e união (Cunha *et al.*, 2017). Silva (2006, p. 146) caracteriza a construção de novos vínculos no contexto de situação de rua como uma capacidade de invenção de novas interações no meio público: “construção de sistemas de significados que definem papéis, vinculam e constituem agenciamentos coletivos que exploram a rua como um espaço social possível”.

Algumas pesquisas demonstram que o sentimento de solidão e desamparo vivenciados pela pop rua, são expressados como um “não ter lugar no mundo” (Lima; Moreira, 2009; Rew, 2000). Sendo assim, sentir-se amado pode engendrar transformações movidas pelos afetos de alegria, que vão contra as forças destrutivas, com potencial de tornar uma nova maneira de viver, resistir à servidão e lutar pela liberdade de expressar os modos diferentes dos desejos e das maneiras de existir.

Considerações finais

O diálogo entre as reflexões teóricas, as notas do diário de campo e a roda de conversa que compuseram a pesquisa permitiram descortinar a diversidade de modos de vidas e de resistências da população em situação de rua na cidade de Caxias do Sul. A rua se transformou em um “palco”, composto por artistas que expressaram seus modos de existência e suas práticas culturais. Quando o show iniciou, foi possível ver que a rua, mesmo atravessada por um contexto social com múltiplas violências e segregações, é uma paisagem de afetos em movimento, com potência de produzir uma torção nas relações urbanas. No entanto, os afetos são invisíveis para a sociedade que estigmatiza a pop rua e os enxerga apenas como “apêndice” indesejável de uma sociedade que não consegue garantir bem-estar a todos.

Os resultados apontaram que os sujeitos atribuem seus próprios significados e sentidos para a urbanidade, se apropriando das ruas, reinventando os espaços, criando táticas de sobrevivência e práticas de resistência, mesmo que suscetíveis à vulnerabilidade e ao contexto precário. Identificamos contradições, ambiguidades e ambivalências, experimentando vários sentimentos: compaixão, compadecimento, amor, entusiasmo, apreensão, surpresa, dor, descoberta...

É por meio das vinculações afetivas, ligações com os relacionamentos estabelecidos nas ruas, com as redes de apoio institucionais que auxiliam nas demandas cotidianas, dos serviços que são oferecidos pelas instituições públicas ou da sociedade civil, que suas vidas são afetadas, ora de forma positiva, ora negativa.

Houve evidência de que a afetividade pode ser tanto um caminho de negação da vida quanto um caminho capaz de gerar modos de enfrentamento e resistência

em situações adversas. O compromisso ético-político deste livro pretende criticar as relações e as práticas despotencializadoras, vindas da ideologia dominante, geradoras da servidão e tristeza, decorrentes de um reconhecimento perverso que aprisiona identidades. Sujeitos sociais que são vistos somente como pedintes, mendigos, perigosos e vagabundos, na verdade são muito mais que isso, são o universo que existe em cada pessoa singular (Cunda; Silva, 2020).

Os laços sociais construídos durante as oficinas artísticas favoreceram identificar o quanto as relações podem se transformar em redes potencializadoras, promotoras da alegria e de liberdade de expressão. Foi por meio desses espaços de trocas que a pop rua se uniu para falar e enfrentar os problemas, abrindo-se uns com os outros e estabelecendo relações solidárias. Como afirma Sawaia (2009, p. 370), “[...] são os afetos os responsáveis pela união dos esforços (*conatus*), em nos fazermos *um*, como se fôssemos uma única mente e um único corpo”. Os grupos de ensino-aprendizagem se apresentaram como uma via possível para manter as existências, os sonhos e momentos de felicidade, para sujeitos que estão em situação de vulnerabilidade social. Essa prática assemelha-se às relações de vizinhança nas redes de apoio social, no uso do espaço público das comunidades e nas estratégias que os próprios sujeitos elaboram cotidianamente para resolver os problemas, como a solidariedade na divisão das marmittas entre seus pares. Enfatiza-se que o viver na rua não é uma prática isolada, sem trocas; para resistir e existir, faz-se necessário tecer redes de solidariedade.

Cabe salientar que no decurso da pesquisa, houve o impacto da crise sanitária, que afetou o mundo inteiro, a pandemia do Covid-19. Esse fenômeno acirrou ainda mais a pobreza e as extremas desigualdades já existentes, a luta por sobrevivência contra a morte pelo

vírus. A fome e a precariedade de tantas vidas desnudaram o contexto perverso e inaceitável de desigualdades que já vivenciávamos neste país. Ressalta-se a dimensão ético-política da saúde, que deve ser pensada de uma forma integrada (biológica, cultural, política, social e subjetiva), que não se limita ao adoecer/curar-se. A saúde concebida na ordem da virtude, da felicidade pública e da potência de ação.

Percebeu-se que durante os acolhimentos da população em situação de rua nos abrigos provisórios, as dores excederam o campo biológico. As mudanças abruptas em suas rotinas causaram diferentes sofrimentos, indo além da esfera física, da falta de alimentação e abrigo. Foram muitas as dores emocionais devido às restrições da liberdade de poder ir e vir, escolher e manifestar seus desejos. Sugere-se a importância de inserir a participação social da população na formulação de políticas públicas voltadas para ela. Também faz-se necessário superar a lógica de ações de cunho assistencialista, na qual sujeitos não são vistos como protagonistas na construção das ações, mas como seus dependentes passivos.

Acredita-se que as ONGs podem constituir um importante canal de comunicação e fortalecimento das políticas públicas, mas não são, nem dever ser, substitutas do Estado. Lutar pelo direito à saúde universal e concebida em sua totalidade, é lutar contra a política neoliberal de privatizações de serviços e de vidas, contra as desigualdades sociais e suas mazelas, é lutar por transformações sociais. Como refere a psicóloga social Bader Sawaia, autora e inspiração para nossos debates na produção deste trabalho: "Promover a saúde equivale a condenar todas as formas de conduta que violentam o corpo, o sentimento e a razão humana, gerando a servidão e a heteronomia" (Sawaia, 1995, p. 157).

As afetações com o modo de viver nas ruas das pessoas em situação de rua produziram na pesquisadora um novo modo de fazer e pensar sobre pesquisa. Durante os encontros, essas pessoas mostraram suas singularidades, abrindo seu coração, baixando sua guarda e contando sobre sua vida cotidiana, suas histórias, seus amores e seus dilemas. Não foram somente “objetos de estudo”, mas se transformaram em coautores/coatores desta escrita que, na intersubjetividade entre duas pesquisadoras, uma iniciante e a outra sênior, virou livro. Esperamos que ao mudar de formato, atinja corações e mentes dos e das leitoras que o consultarem.

Caxias do Sul/RS não será mais a mesma para nós, porque foi nessa caminhada que visualizamos resistências políticas pelas quais cada pessoa em situação de rua cria sua forma de viver, de fazer arte, de trabalhar, se relacionar e re-existir.

Nesse percurso, nota-se que o essencial é a tomada de consciência sobre o sofrimento ético-político porque, a partir disso, algumas ações coletivas podem ser fomentadas, mobilizando a esperança e a potência de ação em cada sujeito. Na pesquisa, por meio dos vínculos criados entre pesquisadoras, população de rua e profissionais participantes, foi possível mobilizar desejos e afetos de cuidado e respeito à diversidade nas ruas, transformando as necessidades em demandas sociais articuladas pelos sujeitos (Sawaia, 2014). Ainda há um longo caminho de construção de re-existências, dadas as condições históricas da sociedade brasileira, que incluem a reprodução dos estigmas e das injustiças. Que abandona os corpos à mercê da gestão neoliberal do Estado e de um Mercado que os ignora, não possuindo eles poder de consumo. Resta à sociedade civil mobilizar-se engajar-se na luta por melhores condições de vida para todos, de múltiplas formas.

Uma é trabalhando em suas organizações e iniciativas junto à pop rua, outra é elegendo ocupantes do Estado que se preocupem realmente com a justiça e reparação sociais, pressionando-os depois para que cumpram a função social de seus cargos.

Referências

ANDRADE, L. P.; COSTA, S. L. da; MARQUETTI, F. C. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. *Saúde e Sociedade*, v. 23, n. 4, p. 1.248-1.261, 2014.

ARNDT, A. D.; MAHEIRIE, K. Musicoterapia Social e Comunitária: ações coletivas em pauta. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 15, n. 2, p. 1-15, 2020.

ARRUDA, A. M. *A vida nas ruas: aspectos psicossociais das vivências de moradores de rua de Campo Grande*. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) – Universidade Católica de Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

BALTAR, J. G. da C.; GARCIA, A. Pessoas em situação de rua e seus cães: fragmentos de união em histórias de fragmentação. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 12, n. 2, p. 191-209, 2019.

BAPTISTA, L. A. *A cidade dos sábios: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades*. São Paulo: Summus, 1999.

BARBOSA, J. C. G. *Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua: desafios e aprendizados*. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, Brasília, 2018. Disponível em: http://www.mestradoprofissional.gov.br/sites/images/mestrado/turma2/jose_carlos_gomes_barbosa.pdf.

BARBOZA, D.; ZANELLA, A. V. O movimento de potência/impotência de ação de catadores de material reciclável: o diálogo com a assessoria. *Pro-Posições*, v. 18, n. 2, p. 147-166, 2007.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 3. ed. Lisboa: Edições, v. 70, p. 223, 2004.

BARROS, V. A. Trabalho e populações especiais. In: BENDASSOLLI, Pedro F.; BORGES-ANDRADE, J. E. *Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações* (Orgs.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRANDALISE, C. Concepção de "italianidade" no Rio Grande do Sul. Noções étnicas de pertencimento: mitos e conflitos. In: CAPPELLIN, P.; PACE, V.; GIULIANI, G. M.; ORO, A. P.; BRANDALISE, C. (Eds.). *Entre memória e mercado: famílias e empresas de origem italiana no Brasil*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. p. 109-136.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*. Brasília, DF: MDS, 2008.

BRASIL. *Orientações técnicas: centro de referência especializado para população em situação de rua (centro pop) e serviço especializado para pessoas em situação de rua*. Brasília, DF: 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua*. Departamento de Atenção Básica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Saúde da população em situação de rua: um direito humano*. Brasília, DF: 2014.

BRASIL. *Relatório Municipal sobre Bolsa Família e Cadastro Único*. Informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda do Município de Caxias do Sul - 2019. Brasília, DF: 2019. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=430510&area=0&a_no_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=585,460,587,589,450,448,464,601. Acesso em: 02 mar. 2020.

BURSZTYN, M. *No meio da rua - nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BURSZTYN, M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, M. *No meio da rua - nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BURSZTYN, M. Vira mundos e "vira bostas". In: BURSZTYN, M. *No meio da rua - nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

- CABRAL, S.; JÚNIOR, N. K.; VERONESE, M. V. Sociabilidades: uma Rede de Relações no Trabalho com o Lixo. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 18, n. 1, 2016.
- CASTEL, R. A. dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. *CADERNO CRH*, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, 1997.
- CASTELLS, M. *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CARVALHO, S. Pessoas em Situação de Rua: Acesso Universal às Políticas Sociais? *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, v. 14, n. 1, 2013.
- CARVALHO, S. *Os ditos sem acesso a saúde da população em situação de rua*. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador, 2014.
- CARVALHO, D. R de. Certezas e incertezas. *Boletim Entre SIS*, v. 5, n. 1, p. 76-77, 2020.
- CHAUÍ, M. Sobre o medo. In: NOVAES A. (Org.), *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 35-75, 1987.
- CHAUÍ, M. *Política em Espinosa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista portuguesa de educação*, v. 16, n. 2, 2003.
- COUDEL, E; SABOURIN, E. *Apprentissage et action collective au Nordeste du Brésil: l'Université Paysanne*. Montpellier: Cirad-Inra, actes du projet Accolade, 2005.
- COSTA, L. E.; DE MESQUITA, V. M.; CAMPOS, A. P. Moradores de rua, quem são eles? Um Estudo sobre a População em Situação de Rua atendida pela Casa da Sopa “Capitão Vendramini” de Três Corações-MG. *Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde*, v. 4, n. 2, 2015.
- COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2005.

CUNDA, M. F.; SILVA, R. N. Me chamam rua, população, uma situação: os nomes da rua e as políticas da cidade. *Psicologia & Sociedade*, v. 32, 2020.

CUNHA, J. G. da *et al.* Novos arranjos: lançando um olhar sobre os relacionamentos interpessoais de pessoas em situação de rua. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol.*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 95-108, jun. 2017 Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202017000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 ago. 2020.

DA SILVA, T. L. Casa, rua e a fluidez de suas fronteiras: diálogos etnográficos e reflexivos sobre o fenômeno “população em situação de rua”. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. 9, n. 17/18, p. 67-87, 2012.

D'ÁVILA, R. *Vidas (in)surgentes na cidade-casa*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

DE ALCANTARA, S. C.; DE ABREU, D. P.; FARIAS, A. A. Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. *Revista Colombiana de Psicologia*, v. 24, n. 1, p. 129-143, 2015.

DE ALENCAR, H. M.; DE LA TAILLE, Yves. Humilhação: o desrespeito no rebaixamento moral. *Arquivos brasileiros de psicologia*, v. 59, n. 2, p. 217-231, 2007.

DE ANDRADE, A. L.; GARCIA, A.; CANO, D. S. Preditores da satisfação global em relacionamentos românticos. *Psicologia: teoria e prática*, v. 11, n. 3, p. 143-156, 2009.

DE HOLANDA, J. G. Se virando no sistema da rua: moradores de rua, conceitos e práticas. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 19, n. 1, p. 28-44, 2019.

DELFIN, L.; ALMEIDA, L. A. M. de; IMBRIZI, J. M. A rua como palco: Arte e (in) visibilidade social. *Psicologia & Sociedade*, v. 29, 2017.

DOS SANTOS G., ROSILAINE; LOPES, MIRIAN CRISTINA; DA SILVA SOUZA, Marcia Romovicz. Enfrentamento das expressões da questão social nos diferentes equipamentos/instituições onde o Serviço Social atua com a população

em situação de rua. *Humanidades em Perspectivas*, v. 7, n. 3, 2020.

FELIX-SILVA, A. V.; SALES, R. de C. M.; SOARES, G. P. Modos de viver e fazer arte de pessoas em situação de rua. *Estud. psicol.*, Natal, v. 21, n. 1, p. 46-57, mar. 2016.

FROMER, Marcelo; ANTUNES, Arnaldo; AFFONSO, Sergio de Britto Alvares. *Comida*. Rio de Janeiro: WEA, 1987.

GEHLEN, I.; SCHUCH, P. Desafios metodológicos ao estudar populações "em situação de rua". *A Rua em Movimento*, p. 27, 2017.

GIMÉNEZ AZEVEDO, R. A expressão da esperança na diáspora mouride em Caxias do Sul. *Ciencias Sociales Y Religión*, v. 22, e020004, 2020.

GOMES, R. C. M. *Gente caracol: a cidade contemporânea e o habitar as ruas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal de Porto Alegre, Porto Alegre, 2006.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social: um problema político em psicologia. *Revista Psicologia USP*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998.

GRAEFF, L. Corpos precários, desrespeito e autoestima: o caso de moradores de rua de Paris-FR. *Psicol. USP*, v. 23, n. 4, p. 757-775, 2012.

HELLER, A. *A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HOLANDA, J. G. Se virando no sistema da rua: moradores de rua, conceitos e práticas. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 19, n. 1, p. 28-44, 2019.

HOLANDA, J. G. *O sistema da rua em ação: uma etnografia com moradores de rua em Fortaleza (CE)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/169010>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Coordenação de População Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 26 maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Panorama de Caxias do Sul*: População estimada. IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/caxias-do-sul/panorama>. Acesso em: 29 jan. 2020.

KUNZ, G. S.; HECKERT, A. L.; CARVALHO, S. V. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 26, n.3, p. 919-942, 2014.

KUNZ, G. S. *Os modos de vida da população em situação de rua: narrativas de andanças nas ruas de Vitória*. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2012.

LIMA, S. G. A.; MOREIRA, C. A. L. O morador de rua e o trabalho: o complexo limiar deste mundo. *Revista Avaliação de Políticas Públicas*, v. 1, p. 17-25, 2010.

LOPES, E. B. População em situação de rua em cuiabá: resistência e auto-organização. *Geografia: Ambiente, Educação e Sociedades*, v. 2, n. 1, p. 152-168, 2019.

MAGNI, C. T. *Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*: Edunisc, 2006.

MAGNI, C. T. Nova pobreza e paradoxos da política de inclusão social francesa: considerações a partir de uma oficina cerâmica no Socorro Católico. *Antropolítica Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 29, 2011.

MAGNI, A. M. *Cooperativas de catadores de resíduos sólidos urbanos: perspectivas de sustentabilidade*. 2011. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-24012012-162328/en.php>.

MAGNI, A. A. C.; GUNTHER, W. M. R. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. *Saude soc.*, São Paulo, v. 23, n.1, p.146-156, 2014.

MATIAS, H. J. D. *Identidade, espaço e tempo: negociações de sentido sobre a "a gente de rua"*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

MATRACA, M. V. C.; ARAÚJO-JORGE, T. C.; WIMMER, G. PalhaSUS e a Saúde em Movimento nas Ruas: relato de um encontro. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação [online]*, v. 18, suppl. 2, pp. 1.529-1.536, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0373>.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? – Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 2004.

MATTOS, R. M. *Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na contemporaneidade*. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade São Marcos, São Paulo, 2006.

MARCHETTI, S.; SAEKI, T. Inclusão social de usuários de drogas em um Serviço de Atenção Psicossocial e Dependência de Álcool e Drogas em um município do Estado de São Paulo. *SMAD Revista Electronica Salud Mental, Álcool y Drogas*, v. 15, n. 4, 2019.

MARTINS, R. C. R. *A escuta ético-política na rua*. 2016. Dissertação 100 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MARTINS, M. F.; CAPELLI, L.; BERTANHE, M. População em situação de rua e seus animais: caracterização e estudo do vínculo estabelecido e oferecimento de serviços assistenciais. *Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP*, v. 15, n. 1, p. 96-96, 2017.

MENDES, M. V. B. *Um estudo sobre os territórios existenciais da população de rua de Belo Horizonte*. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MENIN, A. F. Novos imigrantes em Caxias do Sul (RS): identidade e história oral. *Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais*, n. 20, 2016.

MENIN, A. F. Novos imigrantes em Caxias do Sul (RS): identidade e história oral. *Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais*, n. 20, 2016.

MINAYO, M.C. S. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MONTEIRO, J. A. T. *A terceira margem da rua: uma análise do cotidiano da população em situação de rua*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MOURA JUNIOR, J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. *Revista de Psicologia*, v. 22, n.2, p.18-28, 2013.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA (MNPR). *Cartilha de formação do movimento nacional da população de rua*. 2010. Disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_paralutar.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

NATALINO, M. A. C. *Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil*. Texto para Discussão nº 2.246. Brasília. IPEA, 2016.

NAZARIO, A. População de rua quadruplica em Caxias do Sul. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 16. jan. 2020. Disponível em: http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2020/01/populacao-de-rua-quadruplica-em-caxias-do-sul-12060455.html?fbclid=IwAR3Wl6B_5UJau64BIXMC4k5-u24Dq1uIDfN-VjU56-YH8NiSuFvONHHTIA. Acesso em: 29 jan. 2020.

NEVES, D. P. Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre. *Antropolítica Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 29, 2011.

NOBRE, M. T. *et al.* Narrativas de modos de vida na rua: histórias e percursos. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, 2018.

NUNES, L. F.; FILHO, C. E. E. O sofrimento ético-político em questão: análise da identidade da população em situação de rua do centro de Fortaleza – CE. In: MOSTRA DE PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DEVRY BRASIL, 7., 2016. *Anais Eletrônicos* [...]. Belém, 2016. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/viimostradevry/28954-o-sofrimento-etico-politico-em-questao--analise-da-identidade-da-populacao-em-situacao-de-rua-do-centro-de-fortale>. Acesso em: 11 jan. 2020.

NUNES, L. F.; ESMERALDO F., C. E. A vivência do sofrimento ético-político por parte das pessoas em situação de rua. *Revista Científico*, v. 20, n. 41, p. 19-38, 2020.

OLIVEIRA, A.; GUIZARDI, F. A construção da política para inclusão de pessoas em situação de rua: avanços e desafios da intersectorialidade nas políticas de saúde e assistência social. *Saúde e Sociedade*, v. 29, p. e190650, 2020.

OLIVEIRA, M. V. *A população de rua e suas relações de trabalho: os catadores de papel em Belo Horizonte 1988-1989*. Belo Horizonte: Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica, 1998.

OLIVEIRA, E. S. Caça palavras pela cidade: um jogo que revela os tensionamentos do espaço urbano. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 1., 2015, Londrina. *Anais Eletrônicos* [...]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015. Disponível em: http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo9/oral/17_caca_palavras....pdf. Acesso em: 01 mar. 2020.

OLIVEIRA, E. S. Etnografia de Rua: as expressões da arquitetura da exclusão no cotidiano das pessoas em situação de rua. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 2., 2017, Londrina. *Anais Eletrônicos* [...]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2017. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/131497.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2020.

PEREIRA, E. R.; SAWAIA, B. B. *Práticas grupais: espaço de diálogo e potência*. São Carlos: Pedro & João, 2020.

PIMENTA, M. M. Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: processos de estigmatização e invisibilidade social. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 19, n. 1, p. 82-104, 2019.

PINHO, R. J. *et al.* População em situação de rua, mundo do trabalho e os centros de referência especializados para população em situação de rua (centro pop): perspectivas acerca das ações para inclusão produtiva. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 27, n. 3, p. 480-495, 2019.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto de Alegre. Fundação Especial e Comunitária. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Serviço de Psiquiatria. *Relatório de Resultados: Pesquisa sobre condições sociais e de Saúde Mental de Moradores de Porto Alegre*. Porto

Alegre: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre população de rua (NESPRua), 1999.

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL. Caxias do Sul tem hoje 741 pessoas em situação de rua. *Prefeitura de Caxias do Sul*, 13 fev. 2020. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2020/02/caxias-do-sul-tem-hoje-741-pessoas-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 28 fev. 2020.

QUEIROZ, R. S. O último vínculo: “moradores de rua” e seus cães na cidade de São Paulo. In: V. BARBOSA DE MAGALHÃES; RALL, V. (Orgs.). *Reflexões sobre a tolerância: direitos dos animais*. São Paulo: Humanitas, 2010. pp. 191-196.

RESENDE, V. M.; MENDONÇA, D. G. de. População em situação de rua e políticas públicas: representações na Folha de São Paulo. *DELTA*, São Paulo, v. 35, n. 4, e2019350413, 2019.

REW, L. Friends and pets as companions: Strategies for coping with loneliness among homeless youth. *Journal of child and adolescent psychiatric nursing*, v. 13, n. 3, p. 125-132, 2000.

ROSA, A. S.; BRÊTAS, A. C. P. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 19, p. 275-285, 2015.

ROSARIO, G. O. do. *Análise das condições e modos de vida de mulheres em situação de rua em Porto Alegre-RS*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

RUSSO, Renato. *Monte Castelo*. Rio de Janeiro: EMI-Odeon. 1989.

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologizado desenvolvimento. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 27, pág. 24-51, agosto de 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000200003>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 out. 2020.

SALGADO, F. M. M. *Os sentidos do sofrimento ético-político na população LGBT em situação de rua em um centro de acolhida da cidade de São Paulo*. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados

em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS, M. População em situação de rua aumenta mais de 150% em 3 anos no Rio de Janeiro [Entrevista cedida a] Flávia Villela. *IHU On-Line: revista do Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, 6 jun. 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/568377-populacao-em-situacao-de-rua-aumenta-mais150-em-3-anos-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 30 jan. 2020.

SANTOS, G. P. *A voz da situação de rua na agenda de mudança social no Brasil: um estudo discursivo crítico sobre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)*. 2017. 229 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SASSE, C.; OLIVEIRA, N. Invisível nas estatísticas, população de rua demanda políticas públicas integradas. *Senado Notícias*, Brasília, 28 mar. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/especial-cidadaniapopulacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 29 jan. 2020.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 97-118.

SAWAIA, B. B. *et al.* Fome de felicidade e liberdade. In: CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO (CENPEC) (Org.). *Muitos lugares para aprender*. São Paulo: CENPEC; Fundação Itaú Social; Unicef, 2003. p. 53-64.

SCHUCH, P.; GEHLEN, I. A situação de rua para além de determinismos: explorações conceituais. In: DORNELLES, Aline E. *et al.* *A rua em movimento*. Belo Horizonte: Didática, 2012. p. 11-25.

SERRANO, C. E. G. *Eu mendigo: alguns discursos da mendicância na cidade de São Paulo*. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. DOI:10.11606/D.47.2004.tde-20092004-153545.

SILVA, C. R. *et al.* Estratégias criativas e a população em situação de rua: terapia ocupacional, arte, cultura e

deslocamentos sensíveis. *Cad. Bras. Ter. Ocup.*, São Carlos, v. 26, n. 2, p. 489-500, abr. 2018.

SILVA; T. D. S.; NATALINO, M.; PINHEIRO, M. B. População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. *Nota Técnica*, p. 7-18, jun. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200610_nt_74_diset.pdf.

SIMMEL, G. A sociabilidade. In: SIMMEL, G. *Questões Fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SIMÕES, J. A.; GIUMBELLI, E. Cultura e alteridade. In: MORAES, Amaury Cesar de (Org.). *Coleção Explorando o Ensino de Sociologia*. Brasília: MEC, 2010. p. 187-208

SNOW, D. A.; ANDERSON, L.; VASCONCELOS, S. G. T. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Vozes, 1998.

VERONESE, M. V. Associativismo entre catadores de material reciclável urbano. *Contemporânea – revista de sociologia da UFSCar*, v. 6, p. 213-236, 2016.

VIRILIO, P. Entrevista do filósofo francês Paul Virilio. *Diário Liberdade*, 2011. Disponível em: http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com_content&view=article&id=16682:entrevista-ao-filosofo-frances-paul-virilio&catid=99:batalha-de-ideias&Itemid=113.

TITTONI, J.; TIETBOEHL, L. K. Política na rua: subjetivação, resistência e ocupação dos espaços públicos. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 32, e166538, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32166538>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100201&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 out. 2020.

ZYLBERKAN, M. "Em dois anos, SP vê salto de 66% de pessoas abordadas vivendo nas ruas". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 de jun. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/em-dois-anos-sp-ve-salto-de-66-de-pessoas-abordadas-nas-ruas.shtml>. Acesso em: 29 de jan. 2020.



A Universidade de Caxias do Sul é uma Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), com atuação direta na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Tem como mantenedora a Fundação Universidade de Caxias do Sul, entidade jurídica de Direito Privado. É afiliada ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG; à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC; ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB; e ao Fórum das Instituições de Ensino Superior Gaúchas.

Criada em 1967, a UCS é a mais antiga Instituição de Ensino Superior da região e foi construída pelo esforço coletivo da comunidade.

Uma história de tradição

Em meio século de atividades, a UCS marcou a vida de mais de 120 mil pessoas, que contribuem com o seu conhecimento para o progresso da região e do país.

A universidade de hoje

A atuação da Universidade na atualidade também pode ser traduzida em números que ratificam uma trajetória comprometida com o desenvolvimento social.

Localizada na região nordeste do Rio Grande do Sul, a Universidade de Caxias do Sul faz parte da vida de uma região com mais de 1,2 milhão de pessoas.

Com ênfase no ensino de graduação e pós-graduação, a UCS responde pela formação de milhares de profissionais, que têm a possibilidade de aperfeiçoar sua formação nos programas de Pós-Graduação, Especializações, MBAs, Mestrados e Doutorados. Comprometida com excelência acadêmica, a UCS é uma instituição sintonizada com o seu tempo e projetada para além dele.

Como agente de promoção do desenvolvimento a UCS procura fomentar a cultura da inovação científica e tecnológica e do empreendedorismo, articulando as ações entre a academia e a sociedade.

A Editora da Universidade de Caxias do Sul

O papel da EDUCS, por tratar-se de uma editora acadêmica, é o compromisso com a produção e a difusão do conhecimento oriundo da pesquisa, do ensino e da extensão. Nos mais de 1.500 títulos publicados é possível verificar a qualidade do conhecimento produzido e sua relevância para o desenvolvimento regional.



Conheça as possibilidades de formação e aperfeiçoamento vinculadas às áreas de conhecimento desta publicação acessando o QR Code:

A presente obra apresenta o cotidiano de pessoas em situação de rua em Caxias do Sul/RS e seus modos de re-existir durante o contexto da pandemia de Covid-19. O intuito foi conhecer as vivências singulares dos sujeitos acerca da exclusão e das políticas de inclusão, isto é, as emoções e os sentimentos que afetam o corpo e a subjetividade. A pesquisa, fruto da dissertação de mestrado da primeira autora, orientada e coconstruída pela segunda autora, retrata a diversidade de modos de vidas e de resistências da população. Os(as) interlocutores(as) expressaram seus próprios significados e sentidos para a urbanidade, demonstrando a importância de olhar para a população em sua singularidade e integridade, escutando seus desejos, suas emoções e suas próprias estratégias de vida. Destaca-se que a população de rua vivencia o sofrimento ético-político por meio dos maus encontros experimentados na rua, sob a forma de humilhações, discriminação, rebaixamento e violações de direitos humanos. Em contrapartida, a rua se mostra um espaço que reflete a multiplicidade do mundo e das formas de re-existências, ainda que assujeitadas às condições de vulnerabilidade. Os laços sociais construídos permitiram identificar o quanto as relações podem se transformar em redes potencializadoras, promotoras de alegria e de liberdade de expressão. Salienta-se a importância da categoria afetividade como um caminho capaz de gerar modos de enfrentamento e resistência nas situações adversas bem como um fenômeno ético-político que deve ser estimulado dentro dos serviços socioassistenciais.

